

### SUMÁRIO

- 193 — Paulo VI Fala da Vida Religiosa e da Fé
- 199 — Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (fim)
- 218 — O Nôvo Nome da Paz — RAIMUNDO MANZINI
- 223 — O Mistério da “Comunidade” — PADRE JEAN-MARIE TILLARD, O.P.
- 236 — Departamento de Educação — PROFESSOR IRMÃO DEOLINDO CAETANO VALIATI
- 241 — Consultas : *Férias de religiosos e religiosas : questão econômica ?*
- 243 — Note e Anote
- Por uma nova imagem da CRB : Primeiro Encontro dos Responsáveis das Seções Regionais, 243-247 ;*
- Em funcionamento o juniorato comum para religiosas, 247 ;*
- XI Congresso Mundial da União Católica Internacional de Serviço Social, 249 ;*
- Consultoria Jurídica Civil da CRB, 250 ;*
- Suspensão o envio da Relação Quinquenal, 252.*
- 253 — CRB Informa : *Nôvo Secretário-Executivo*
- 255 — Recensões Bibliográficas

# Documentos Pontifícios

## Paulo VI Fala da Vida Religiosa e da Fé

A Secretaria de Estado de Sua Santidade o Papa Paulo VI encaminhou à Nunciatura Apostólica do Brasil uma seleção de textos extraídos dos discursos que o Santo Padre dirigiu, no último ano, a pessoas e grupos diversos, nas circunstâncias fixas ou eventuais de cada encontro. Muitos desses textos se referem ao Concílio e a questões com êle relacionadas. Nêles se refletem as preocupações do Papa, e dêles é fácil colher diretrizes que muito "poderão ajudar na orientação dos fiéis em situações que, um pouco por tôda a parte, se apresentam confusas e desorientadas".

Agradecendo à Nunciatura a cessão que dos mesmos textos fez à Redação desta Revista, iremos, a partir do presente, publicá-los em quatro números consecutivos, agrupando-os tão-só em alguns tópicos que nos pareceu mais conveniente destacar: Vida Religiosa, Igreja, Concílio, Cultura, Liturgia etc. Diante da limpidez e autoridade que destas letras emana, o mesmo leitor saberá encontrar o comentário justo e as conclusões válidas.

### I — VIDA RELIGIOSA

#### **Espírito comunitário**

"Tudo quanto diminui ou ofende o senso comunitário está fora da linha traçada pelo Concílio para a renovação e a dilatação da Igreja: os particularismos, os separatismos, os preciosismos, os egoísmos, que por vêzes se insinuam também nos ânimos ou nos cenáculos de católicos distintos, ou então o aborrecimento e o desinterêsse para com os irmãos, vizinhos ou distantes que sejam, deveria ceder, após o Concílio, àquele espírito de maior caridade fraterna que Cristo desejou fôsse distintivo dos seus discípulos" (*Audiência geral, L'Osservatore Romano, 6-01-1966*).

#### **A pobreza dos religiosos**

"E ainda: salva a pobreza pessoal, gema preciosa de que se deve adornar a existência sacerdotal e religiosa de cada um, porventura não é

verdade que uma procura excessiva da própria fama ou da segurança futura pode dar a impressão de falta de pobreza coletiva? Para as construções, para o mobiliário, para as despesas requeridas?" (*Ao Congresso de Ecônomos Católicos*, O.R., 11-05-1966).

### **A renovação**

"Por isso não deveis pensar que o Concílio seja uma espécie de furação subversivo, como que uma revolução que derruba idéias e usanças e que permite novidades impensadas e temerárias. Não, o Concílio é uma renovação, não uma revolução" (*Às Abadêssas Benedictinas*, O.R., 29-10-1966).

### **A fidelidade**

Tendo perguntado aos filhos de Santo Inácio se querem continuar a ser o que foram sempre, o Papa prossegue:

"Esta Nossa pergunta não teria razão de ser, se aos Nossos ouvidos não tivessem chegado notícias e vozes, relativas à vossa Companhia — e de resto também a outras Famílias Religiosas — diante das quais não podemos ocultar o Nosso estupor e, por algumas delas, a Nossa dor. Que estranhas e sinistras sugestões fizeram surgir em alguns recantos da vossa amplíssima Sociedade a dúvida sobre se ela deveria continuar a existir tal como o Santo, que a ideou e fundou, a descreveu em normas muito sábias e firmes, e como uma tradição secular, amadurecida através de atentíssima experiência e louvada por aprovações muito autorizadas, modelou para a glória de Deus, a defesa da Igreja, a maravilha do mundo?... (*À Companhia de Jesus*, O.R., 17-11-1966).

### **A obediência religiosa**

"Diremos talvez perdido o seu prestígio, a sua razão de ser, a sua responsabilidade na relação de uma Família religiosa?... E diremos, que a obediência se dissolveu em diálogo democrático e na vontade de uma maioria numérica ou de uma minoria empreendedora?... Não, por certo..." (*À União de Superiores Maiores da Itália*, O.R., 13-01-1967).

## **II — A VIRTUDE DA FÉ**

### **A fé à prova**

"O ato de fé é difícil para a mentalidade moderna, tão habituada à dúvida sistemática e à crítica, e persuadida de limitar a própria certeza entre os confins da própria experiência (enquanto a maior parte do que

se sabe, se funda sobre a fé — humana — daquilo que outros, os mestres, os cientistas, os peritos dizem crer” (*Audiência geral*, O.R., 21-04-1966).

### **As missões**

“A idéia, o fundamento mesmo da “missão” sofrera uma espécie de degradação no espírito de muitos. A idéia de tolerância, em reação contra certo proselitismo, contribuiu para “desvalorizar”, por assim dizer, a sublime vocação do missionário. O liame aparente, em muitos casos, entre “colonização”, iria fatalmente provocar um abalo cujas conseqüências poderiam ser extremamente dolorosas” (*As Pontifícias Obras Missionárias*, O.R., 14-05-1966).

### **Patrimônio de fé**

“Nas considerações dos gloriosos patrimônios de fé e de cultura, a nós transmitidos pelos avoengos, prevalecem duas atitudes. Alguns gostariam de fundar uma sociedade nova, sem preocupar-se com o passado, ao contrário rompendo com êle. É um conceito errado, porquanto assim se abdicaria de um tesouro de tradições gloriosas e memoráveis. Outros estão tenazmente agarrados ao passado e só nêle encontram o bom e o louvável e desconfiam do mundo moderno” (*Na catedral de Ferentino*, O.R., 3-09-1966).

### **Dúvidas sobre a fé**

“Qualquer um ousa levantar dúvidas sobre a intangível verdade da nossa fé, com leviandade impensável e inadmissível, tanto audaz quanto ofensiva do depósito da verdadeira fé. E o que aumenta a êsse respeito a Nossa aflição é ouvir tais dissonâncias no seio mesmo da comunidade dos crentes, sugeridas talvez pelo desejo de abertura para o mundo acatólico, credenciadas muitas vêzes pela referência ao Concílio há pouco celebrado, como se o Concílio autorizasse a pôr em questão a verdade da fé, enquanto o Papa João XXIII, que o convocou, abrindo-lhe a celebração, teve por bem proclamar que “o que mais insta o Concílio Ecumênico é que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e exposto de maneira mais eficaz” (*Audiência geral*, O.R., 8-09-1966).

### **Como aproximar-se de Cristo**

“Há quem tenda a adaptar a mensagem da fé à mentalidade, aos gostos, à sensibilidade do povo de hoje, a ponto de alterar, por vêzes, a autenticidade da própria mensagem e a confundir o “sensus fidei” com a opinião corrente, e nem sempre da comunidade cristã instruída e consciente, mas do mundo tal qual êle é” (*À Pro Civitate Christiana*, O.R., 5-11-1966).

## Ecoss de opiniões erradas

“Também em nosso tempo a fé é alvo de tantas negações e é campo de tantas controvérsias mesmo entre os crentes. Talvez também tenham chegado a vós ecos de opiniões erradas, que ousam defender interpretações arbitrárias e ofensivas a verdades sacrossantas da fé católica; ouviram-se, por exemplo, vozes — poucas, em verdade, mas espalhadas pelo mundo — que tentam deformar doutrinas fundamentais, claramente professadas pela Igreja de Deus — por exemplo, acêrca da ressurreição de Cristo, a realidade de sua verdadeira presença na Eucaristia e também a virgindade de Nossa Senhora e, em consequência, o mistério augusto da Encarnação, etc. E o que espanta não é somente a gravidade dessas falsas afirmações, mas igualmente a audácia irreverente e temerária com que são pronunciadas, deixando entrever que, cá e lá, se insinua o critério de julgar a verdade da fé a seu bel-prazer, segundo a própria capacidade de compreender e o próprio gosto de opinar no campo teológico e religioso” (*Audiência geral, O.R., 1-12-1966*).

## Profissão de fé

“Esperamos do vosso estudo uma clara e firme profissão da mesma fé, que tolha qualquer dúvida sobre a sua genuína formulação e fortaleça nas almas do Clero e dos fiéis a adesão íntegra e amorosa à doutrina já proposta com autoridade pelo magistério eclesiástico, refreando certas opiniões ousadas e erradas que nestes últimos tempos ofuscaram, como é conhecido, em alguns pontos, a pureza da fé e perturbaram a firmeza e serenidade de muitos católicos crentes” (*Carta ao Cardinal Alfrink, O.R., 8-12-1966*).

### A MESSE É GRANDE...

... Mas onde estão os eleitos? onde os chamados? quais são e quantos são? A sociologia eclesiástica indica aqui e ali estatísticas conturbativas, às vezes desoladoras! Onde estão estas vocações, que parecem decidir destinos do cristianismo no nosso mundo e no nosso tempo? Este é o drama; advertiu-o o próprio Jesus: “a messe é grande, mas os operários são poucos” (Mt 9,37). Mas, sim, ainda há vocações na Igreja do nosso século. Os nossos seminários disto exultam. Muitas vezes, ao número supre a singularidade das vocações: vêm jovens já conscientes e homens maduros: sabem o que escolhem (...) saibam todos que o Papa está com eles, reza por eles e, chorando de alegria e de esperança, a todos e a cada um, em nome daquele Cristo de quem vão ao encontro, abençoa.

— PAULO VI, em carta de 5 de março último, sobre a Jornada Mundial de Orações pelas Vocações.

# Paulo VI no Encerramento do Concílio

*Ao chegarmos ao fim da publicação dos documentos conciliares, sentimo-nos a um tempo satisfeitos e ansiosos. Satisfeitos por termos com isso proporcionado a tôdas as comunidades religiosas do Brasil, nomeadamente àquelas mais distantes, a posse de tão preciosos documentos; ansiosos, por reconhecermos que é mister também escrever-lhes comentários e extrair-lhes aplicações concretas, válidas e adequadas a nossa conjuntura própria, dentro da "realidade brasileira". Esperamos, entretanto, no futuro, na medida do possível, atender a tão legítimo anseio. Para já, como justo e luminoso epílogo, a encerrar a publicação da última parte da Constituição Gaudium et Spes, que outro comentário mais autorizado, mais global e mais feliz que o do próprio Romano Pontífice?*

*Ao encerrar o Concílio, no dia 7 de dezembro de 1965, no fim do seu discurso, assim ressaltou Paulo VI o "valor humano do Concílio" aludindo particularmente ao esquema traçado pela Constituição Pastoral, enquanto dá a conhecer a posição da Igreja face ao mundo moderno:*

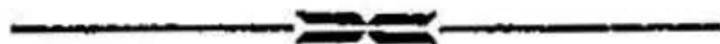
Outra coisa devemos ainda notar: tôda esta riqueza doutrinal se dirige numa direção única: servir o homem. O homem, digamos, em tôda a sua amplitude, em tôda a sua fraqueza e indigência. A Igreja quase se declarou escrava da humanidade, exatamente na altura em que tanto o seu magistério eclesiástico como o seu govêrno pastoral maior esplendor e maior vigor assumiram, por meio da solenidade conciliar: a idéia de ministério ocupou um lugar central.

Mas tudo isto, e tudo o mais que poderíamos dizer sôbre o valor humano do Concílio, não terá desviado a mente da Igreja, reunida em Concílio, para uma direção antropocêntrica da cultura moderna? Desviado, não; dirigido, sim. Quem examina êste interêsse pelos valores humanos e temporais, que dominou o Concílio, não pode negar que tal interêsse é devido ao caráter pastoral, que êle escolheu como programa, e deverá reconhecer que êste mesmo interêsse nunca aparece separado do interêsse religioso mais autêntico. O que se manifesta tanto pela caridade, sua única inspiradora (e onde está a caridade, aí está Deus!) como ainda pela conexão — sempre afirmada e promovida pelo Concílio — entre os valores humanos e temporais, e os prôpriamente espirituais, religiosos e eternos. Debruça-se sôbre o homem e sôbre a terra, mas é para o reino de Deus que êle se eleva.

A mentalidade moderna, habituada a julgar tôdas as coisas sob o aspecto do valor, isto é, da sua utilidade, há de admitir que o valor do Concílio é grande, pelo menos por isto : tudo foi dirigido à utilidade do homem. Nunca se diga portanto que é inútil uma religião como a católica, que na sua forma mais consciente e mais eficaz, qual a conciliar, se declara totalmente em favor e serviço do homem. A religião e a vida humana reafirmam assim a sua aliança, a sua convergência para uma única realidade humana : a religião católica é para a humanidade; em certo sentido, é a vida da humanidade. Vida, pela interpretação, exata e sublime, que a nossa religião dá do homem (não é o homem por si só mistério para si mesmo ?); essa interpretação dá-a precisamente em virtude da sua ciência de Deus : para conhecer o homem verdadeiro, o homem integral, é necessário conhecer a Deus; baste-nos agora, como prova, recordar a inflamada palavra de Santa Catarina de Sena: "Na tua natureza, Deidade eterna, conhecerei a minha natureza" (*Or.* 24). Vida, porque descreve a natureza e o destino da humanidade, lhe dá o seu verdadeiro significado. Vida, porque constitui a lei suprema dos homens e infunde ao viver humano a misteriosa energia que o torna, podemos bem dizer, divino.

Veneráveis Irmãos e Filhos aqui presentes, se nós recordamos que no rosto de cada homem, especialmente quando as suas lágrimas e dores o tornam transparente, podemos e devemos reconhecer o rosto de Cristo (cf. *Mt* 25,40), o Filho do homem; e se no rosto de Cristo podemos e devemos em seguida reconhecer o rosto do Pai Celeste "quem me vê, disse Jesus, vê também o Pai" (*Jo* 14,9); o nosso humanismo torna-se teocêntrico. Tanto que nos podemos exprimir também assim : para conhecer a Deus é necessário conhecer o homem.

Mas êste Concílio, que sobretudo ao homem dedicou a sua atenção diligente, não estará destinado a propor de nôvo ao homem moderno a escada das ascensões libertadoras e consoladoras ? Não será isto, afinal, lição — simples, nova e solene — de amor ao homem, para chegarmos ao amor de Deus ? Amar o homem, queremos dizer não como instrumento mas como primeiro termo para o último termo transcendente, princípio e razão de todo o amor. Assim, êste Concílio todo se vem a resumir nesta última conclusão religiosa : não passa de convite enérgico e amigável, dirigido à humanidade de hoje, para que ela encontre, pelo caminho do amor fraterno, aquêle Deus "do qual afastar-se é cair; ao qual dirigir-se é resurgir; no qual permanecer é estar em segurança; ao qual voltar é renascer; no qual habitar é viver" (Santo Agostinho, *Sol.* 1.1.3; PL 32,870).



# Documentos Conciliares

## Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* no Mundo de Hoje

(Continuação do número anterior)

### CAPÍTULO IV

#### **A VIDA DA COMUNIDADE POLÍTICA**

##### **A vida pública atual**

73. Notam-se em nossos tempos profundas transformações, mesmo na estrutura e nas instituições dos povos; acompanham sua evolução cultural, econômica e social. Essas transformações exercem grande influência na vida da comunidade política, principalmente no que diz respeito aos direitos e deveres de todos no exercício da liberdade civil, consecução do bem comum e harmonização das relações dos cidadãos entre si e com a autoridade pública.

Nas várias regiões do mundo, de uma consciência mais viva da natureza humana surge a vontade de instaurar uma ordem político-jurídica na qual os direitos da pessoa sejam mais amparados, como são os direitos de se reunirem livremente, de se associarem, de exprimirem as próprias opiniões e de professarem a religião em particular e em público. Pois a defesa dos direitos da pessoa é condição necessária, a fim de que os cidadãos, seja em particular ou associados, possam participar ativamente na vida e no governo do país.

Em muitos cidadãos, juntamente com o progresso cultural, econômico e social, fortifica-se o desejo de participar mais na organização da vida

da comunidade política. Cresce na consciência de muitos a vontade de que se respeitem os direitos das minorias no interior de uma nação, sem negligência dos seus deveres para com a comunidade política. Além disso aumenta continuamente o respeito para com os homens que professam outra opinião ou religião. Ao mesmo tempo organiza-se uma colaboração mais ampla para que todos os cidadãos, e não só alguns privilegiados, possam realmente gozar dos direitos de pessoa.

Condenam-se, porém, quaisquer formas políticas, vigentes em algumas regiões, que impedem a liberdade civil e religiosa, multiplicam as vítimas das paixões e crimes políticos e desviam o exercício da autoridade, do bem comum para o proveito de algum partido ou dos próprios governantes.

Para instaurar a vida política verdadeiramente humana nada melhor do que desenvolver o sentido de justiça, de benevolência e de serviço do bem comum, e reforçar as convicções fundamentais acêrca da verdadeira índole e também do fim da comunidade política, e corroborar o exercício reto e os limites da autoridade pública.

### **Natureza e fim da comunidade política**

74. Indivíduos, famílias, agrupamentos diversos, todos os que constituem a comunidade civil, têm consciência da própria insuficiência para instaurar plenamente a vida humana e percebem a necessidade de uma comunidade mais vasta, na qual todos empenhem diariamente as próprias forças para alcançar sempre melhor o bem comum (154). Por êste motivo organizam a comunidade política segundo várias formas. Pois a comunidade política existe por causa daquele bem comum : nela obtêm sua plena justificação e sentido, de onde deriva o seu direito primordial e próprio. Ora, o bem comum compreende o conjunto daquelas condições de vida social, que permitam aos homens, às famílias e às sociedades possam conseguir mais fácil e desembaraçadamente a própria perfeição (155).

Mas muitos e vários são os homens que integram a comunidade política e podem legitimamente seguir opiniões diversas. Para que não se divida a comunidade política, seguindo cada um sua própria opinião, requer-se a autoridade que dirija as energias de todos os cidadãos para o bem comum, não mecânica nem despoticamente, mas antes de tudo como autoridade moral que se apóia na liberdade e na consciência do cargo e da responsabilidade assumida.

Portanto, é evidente que a comunidade e a autoridade se fundamentam na natureza humana e por isso pertencem à ordem predeterminada por Deus, embora sejam entregues à livre vontade dos cidadãos a escolha do regime e a designação dos governantes (156).

(154) Cf. JOÃO XXIII, Enc. Mater et Magistra : AAS 53 (1961), p. 417.

(155) Cf. Id., *ibid.*

(156) Cf. Rom 13,1-5.

Disto se segue também que o exercício da autoridade política, seja na comunidade como tal, seja nos órgãos representativos do Estado, sempre deve ser realizado dentro dos limites da ordem moral, para procurar o bem comum, dinamicamente considerado, de acordo com a ordem jurídica legitimamente estabelecida ou por estabelecer. Então os cidadãos são obrigados em consciência a obedecer (157). Daí, pois, se vê a responsabilidade, a dignidade e a importância da missão dos que governam.

Mas onde são oprimidos pela autoridade pública, que excede a sua competência, os cidadãos não recusem aquela colaboração objetivamente exigida pelo bem comum; contudo, realmente lhes é lícito defender os seus direitos e os dos seus concidadãos contra o abuso da autoridade, guardados os limites traçados pela lei natural e evangélica.

Os modos concretos, porém, pelos quais a comunidade política organiza a própria estrutura e o bom equilíbrio dos poderes públicos podem ser diferentes segundo a diferente índole dos povos e o progresso da história. Mas devem servir sempre para formar o homem culto, pacífico e generoso com todos, para o proveito de toda a família humana.

### **A cooperação de todos na vida pública**

75. É plenamente consentâneo com a natureza humana que se encontrem estruturas jurídico-políticas, que ofereçam sempre melhor e sem nenhuma discriminação a todos os cidadãos a possibilidade efetiva de participar livre e ativamente tanto no estabelecimento dos fundamentos jurídicos da comunidade política como na gestão dos negócios públicos, na determinação do campo de ação e dos fins das várias instituições, como na eleição dos governantes (158). Lembrem-se portanto todos os cidadãos ao mesmo tempo do direito e do dever de usar livremente seu voto para promover o bem comum. A Igreja considera digno de louvor e consideração o trabalho daqueles que se dedicam ao bem da coisa pública a serviço dos homens e assumem os trabalhos deste cargo.

A fim de que a cooperação dos cidadãos, unida à consciência do dever, atinja seu feliz efeito na vida política diária, requer-se uma constituição jurídica positiva, na qual se instaurem a conveniente divisão dos cargos e dos órgãos da autoridade pública e, ao mesmo tempo, uma proteção eficaz e independente dos direitos. Reconheçam-se, conservem-se e promovam-se os direitos de todas as pessoas, famílias e grupos, assim como o seu exercício, juntamente com os deveres, aos quais estão obrigados todos os cidadãos (159). Entre eles é preciso lembrar o dever de prestar à nação os serviços materiais e pessoais, exigidos pelo bem co-

(157) Cf. Rom 13,5.

(158) Cf. PIO XII, Radiomensagem de 24-12-1942: AAS 35 (1943), pp. 9-24; 24-12-1944: AAS 37 (1945), pp. 11-17; JOÃO XXIII, Enc. *Pacem in Terris*: AAS 55 (1963), pp. 263, 271, 277 e 278.

(159) Cf. PIO XII, Radiomensagem de 7-06-1941: AAS 33 (1941), p. 200; JOÃO XXIII, Enc. *Pacem in Terris*: loc. cit., p. 273 e 274.

mun. Os governantes acautelem-se de entravar as associações familiares, sociais ou culturais, as corporações ou organismos intermediários, nem os privem de sua ação legítima e eficaz. Antes procurem promovê-la, de boa vontade e regularmente. Os cidadãos, todavia, seja individualmente seja em grupos, evitem atribuir demasiado poder à autoridade pública e não exijam dela inoportunamente privilégios e proveitos exagerados, de tal modo que diminuam a responsabilidade das pessoas, das famílias e dos grupos sociais.

A autoridade pública é obrigada a intervir muitas vêzes nas questões sociais e econômicas, por causa das circunstâncias mais complexas do nosso tempo, para introduzir melhores condições, com as quais os cidadãos e os grupos são auxiliados, de modo mais eficaz, a atingir livremente o bem integral do homem. É certo que as relações entre a socialização e o progresso e a autonomia da pessoa podem ser entendidas de modo diferente conforme as diversas regiões e a evolução dos povos (160). Mas onde o exercício dos direitos foi restringido por certo tempo, em vista do bem comum, mudadas as circunstâncias, restitua-se quanto antes a liberdade. Em todo caso, é desumano que a autoridade política incorra em formas totalitárias ou ditatoriais que lesem os direitos da pessoa ou dos grupos sociais.

Os cidadãos cultivem com grandeza de alma e fidelidade o amor à pátria, mas sem estreiteza de espírito, isto é, de tal maneira que se interessem sempre ao mesmo tempo pelo bem de tóda a humanidade, que abarca raças, povos e nações, unidos por tóda sorte de laços.

Todos os cristãos se tornem cõscios de seu papel próprio e especial na comunidade política. Devem distinguir-se pelo exemplo, porquanto estão obrigados por consciência a desenvolver em si o senso de responsabilidade e do devotamento ao bem comum de tal modo que demonstrem também pelos fatos como harmonizar a autoridade com a liberdade, a iniciativa pessoal com a solidariedade e o equilíbrio de todo o corpo social, a conveniente unidade com a diversidade proveitosa. Reconheçam as opiniões legítimas, mas discordantes entre si, sôbre a organização da realidade temporal; respeitem os cidadãos, também associados, que as defendem honestamente. Os partidos políticos, porém, devem promover aquilo que, na sua opinião, é exigido pelo bem comum, ao qual nunca é lícito antepor o interêsse próprio.

Além disso com empenho se deve cuidar da educação civil e política, hoje muito necessária tanto para o povo como sobretudo para a juventude a fim de que todos os cidadãos possam desempenhar o seu papel na vida da comunidade política. Os que são idôneos ou possam tornar-se para exercer a difícil e ao mesmo tempo nobilíssima arte política (161), preparem-se para ela e procurem exercê-la, esquecidos do proveito próprio e de vantagens materiais. Pela integridade e com prudência, lutem contra

(160) Cf. JOÃO XXIII, Enc. *Mater et Magistra*: AAS 53 (1961), p. 416.

(161) PIO XI, *Alocução aos dirigentes da Federação Universitária Católica*: *Discorsi di Pio XI* (ed. Bertetto), Turim, vol. 1 (1960), p. 743.

a injustiça e a opressão, ou o absolutismo e a intolerância, seja de um homem ou de um partido político; dediquem-se, porém, ao bem de todos com sinceridade e retidão, bem mais, com o amor e a coragem exigidos pela vida política.

### **A comunidade política e a Igreja**

76. Principalmente onde vigora a sociedade pluralística, é de grande importância que se tenha a conveniente consideração da relação entre a comunidade política e a Igreja: claramente se distinga entre as atividades que os fiéis, isoladamente ou em grupos, guiados pela consciência cristã, executam em seu nome como cidadãos e as que realizam em nome da Igreja, juntamente com os pastores.

A Igreja que, em razão da sua finalidade e competência, de modo algum se confunde com a comunidade política e nem está ligada a nenhum sistema político, é ao mesmo tempo sinal e a salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana.

Cada uma em seu próprio campo, a comunidade política e a Igreja são independentes e autônomas uma da outra. Ambas, porém, embora por título diferente, estão a serviço da vocação pessoal e social dos mesmos homens. Tanto mais eficazmente executarão para o bem de todos este serviço, quanto melhor cultivarem entre si a sã cooperação, consideradas também as circunstâncias dos tempos e lugares. Pois o homem não está restrito apenas à ordem temporal, mas, vivendo na história humana, conserva integralmente a sua vocação eterna. A Igreja, sem dúvida, alicerçada no amor do Redentor, contribui para que a justiça e a caridade floresçam mais amplamente no seio de cada nação e entre as nações. Pregando a verdade evangélica, e iluminando todos os setores da atividade humana pela sua doutrina, pelo testemunho dos fiéis cristãos, a Igreja respeita e promove também a liberdade política e a responsabilidade dos cidadãos.

Quando os apóstolos, seus sucessores e seus cooperadores são enviados para anunciar aos homens Cristo, Salvador do mundo, baseiam-se, ao exercer seu apostolado, no poder de Deus, que com freqüência dá a conhecer o poder do Evangelho na fraqueza das testemunhas. Todos aqueles que se dedicam ao ministério da Palavra de Deus, é preciso que lancem mão de caminhos e auxílios próprios ao Evangelho, que diferem, em muitos pontos, dos da cidade terrestre.

Na verdade, as coisas terrenas e aquelas que na condição dos homens transcendem este mundo, unem-se estreitamente, e a mesma Igreja usa os bens temporais à medida que sua própria missão o exige. Mas não coloca a sua esperança nos privilégios oferecidos pela autoridade civil. Ao contrário, Ela renunciará ao exercício de direitos legitimamente adquiridos, onde constar que o uso deles coloca em dúvida a sinceridade do seu testemunho ou as novas condições da vida exigirem outra disposição. Além disso é justo que possa, sempre e em toda parte, pregar a fé com liberdade verdadeira, ensinar a sua doutrina sobre a sociedade, exercer li-

vrememente a sua missão entre os homens e ainda emitir juízo moral, também sobre as realidades que dizem respeito à ordem política, quando o exigam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas, empregando todos os recursos, e somente estes, que estão de acordo com o Evangelho e com o bem de todos, conforme a diversidade dos tempos e das situações.

Aderindo fielmente ao Evangelho e desempenhando sua missão no mundo, a Igreja, a quem pertence fomentar e elevar tudo aquilo que se encontra de verdadeiro, bom e belo na comunidade humana (162), fortalece a paz entre os homens para a glória de Deus (163).

## CAPÍTULO V

# A CONSTRUÇÃO DA PAZ E A PROMOÇÃO DA COMUNIDADE DOS POVOS

## Introdução

77. Nestes mesmos anos, em que ainda perduram entre os homens os pesadíssimos sofrimentos e angústias que derivam da guerra aberta ou iminente, a família humana inteira chega ao auge do perigo, no processo de sua maturação. Reunida aos poucos, em toda parte se torna mais consciente de sua unidade. Todavia ser-lhe-á impossível construir para todos os homens em toda parte um mundo realmente mais humano, de acordo com a sua missão a não ser que todos se convertam à verdadeira paz pela renovação do espírito. Destarte a mensagem do Evangelho, tão conforme aos mais elevados ideais e aspirações do gênero humano, adquire nova clareza em nossos dias, quando proclama bem-aventurados os artífices da paz, "pois serão chamados filhos de Deus" (*Mt 5,9*).

Daí a intenção do Concílio: depois de colocar em plena luz o verdadeiro e nobilíssimo conceito de paz, proscrever a desumanidade da guerra, quer convocar com insistência os fiéis, para que, apoiados em Cristo, autor da paz, colaborem com todos os homens a consolidar a paz entre eles, baseada na justiça e no amor, e na preparação dos instrumentos da paz.

## A natureza da paz

78. A paz não é a mera ausência de guerra, nem se reduz ao simples equilíbrio de forças entre os adversários, nem é resultado de opressão violenta: antes é, adequada e propriamente, definida "obra da justí-

(162) Cf. CONC. VAT. II, Const. dogm. *Lumen Gentium*, n. 13: AAS 57 (1965), p. 17.

(163) Cf. *Lc 2,14*.

ça". É fruto da ordem que o seu Fundador divino inseriu na sociedade humana. Deve ser realizada, em perfeição progressiva, pelos homens que têm sede da justiça. Pois, embora o bem comum do gênero humano seja moderado em seus princípios fundamentais pela lei eterna, em suas exigências concretas fica sujeito a contínuas mudanças, no decorrer dos tempos: a paz nunca é conquistada de uma vez para sempre; deve ser continuamente construída. Além disso, por ser a vontade humana fraca e ferida pelo pecado, a realização da paz exige de cada um constante domínio das paixões e vigilância atenta da autoridade legítima.

Mas não é só isso. Aqui na terra não é possível obter a paz de que falamos sem que se garanta o bem-estar das pessoas, sem que os homens comuniquem entre si espontaneamente as riquezas do coração e da inteligência. Para a construção da paz são de todo indispensáveis a vontade séria de respeitar os outros homens e povos e sua dignidade, bem como o exercício diligente da fraternidade. Destarte a paz se apresenta também como fruto do amor, que avança além dos limites daquilo que a justiça é capaz de proporcionar.

A paz terrestre, porém, que surge do amor ao próximo, é imagem e efeito da paz de Cristo que promana de Deus Pai. Pois o próprio Filho encarnado, príncipe da paz, por sua cruz reconciliou todos os homens com Deus. Restabelecendo a união de todos em um só povo e um só corpo, em sua própria carne aniquilou o ódio e, depois do triunfo da ressurreição, derramou o Espírito da caridade nos corações dos homens.

Por isso todos os cristãos são insistentemente convocados para que, praticando a justiça na caridade, se associem a todos os homens sinceramente pacíficos, para implorar e estabelecer a paz.

Impelidos por este espírito, só podemos calorosamente aplaudir aqueles que, para reivindicar os seus direitos, renunciaram ao emprêgo da violência e recorrem aos meios de defesa, que aliás estão ao alcance também dos mais fracos, contanto que isso seja viável sem lesar direitos e obrigações de outros ou da comunidade.

Pecadores que são os homens vivem em perigo de guerra e este perigo ameaçará até a vinda de Cristo. Mas enquanto, unidos pela caridade, superam o pecado, serão também eliminadas as violências até que se cumpra a palavra: "De suas espadas eles forjarão relhas de arado, e de suas lanças, foices. Uma nação não levantará a espada contra a outra, e já não se adestrarão para a guerra" (Is 2,4).

## I SEÇÃO: ELIMINAÇÃO DA GUERRA

### **Atenuação da desumanidade das guerras**

79. As guerras recentes assolaram o nosso mundo com pesadíssimos prejuízos materiais e morais. Mesmo assim, até hoje, a guerra prossegue diariamente em alguma parte do globo com suas devastações. Mais ain-

da. Na medida em que se empregam na guerra armas científicas de todo gênero, seu caráter desumano ameaça levar os combatentes a uma barbárie que supera em muito a de outros tempos. Além disso, a complexidade da situação atual e o emaranhado das relações internacionais fazem com que por métodos novos, insidiosos e subversivos, se alastrem guerras camufladas. Em bastantes casos o recurso a métodos de terrorismo surge como nova maneira de guerra.

À vista dêste baixo nível humanitário, o Concílio tem em mira, antes de tudo, recordar o valor inalterável do direito natural dos povos e seus princípios universais. A própria consciência do gênero humano proclama êstes princípios com segurança crescente. Ações portanto deliberadamente opostas a êles, bem como ordens que impõem tais ações, são criminosas; nem a obediência cega é capaz de desculpar aquêles que as acatam. Entre tais ações figuram antes de tudo as que têm por fim o sistemático e metódico extermínio de todo um povo, nação ou minoria étnica; estas ações devem ser condenadas como crimes horrendos, e isto com tôda a energia. E merece aprovação suprema a coragem daqueles que não têm medo de opor resistência aberta aos indivíduos que ordenam tais crimes.

Existem diversas convenções internacionais sôbre assuntos de guerra, assinadas por não poucas nações, com o objetivo de tornar menos desumanas as operações militares e suas conseqüências. Tais são os pactos a respeito dos soldados feridos ou prisioneiros, e outros acôrdos dêstes gênero. Êstes tratados devem ser observados. E não só. Todos, particularmente as autoridades públicas e os peritos no assunto, devem empenhar-se quanto possível para que sejam aperfeiçoados e assim levados a refrear melhor e com maior eficiência a desumanidade das guerras. Além disso, parece ser justo que as leis contemplem humanamente o caso daqueles que por motivos de consciência recusam pegar em armas, desde que aceitem uma outra maneira de servir à comunidade humana.

De qualquer maneira, a guerra não foi desarraigada da vida humana. Enquanto porém houver perigo de guerra, sem que exista uma autoridade internacional competente e dotada de fôrças suficientes, e esgotados todos os meios de negociação pacífica, não se pôderá negar aos governos o direito de legítima defesa. Os chefes de Estado e os outros que participam da responsabilidade da coisa pública, portanto, têm o dever de salvaguardar os povos que lhes são confiados dirigindo com seriedade assuntos tão sérios. Todavia, uma coisa é cuidar de assuntos militares com o fim de defender com justiça os povos, outra o querer subjugar outras nações. E a fôrça bélica não legitima todo e qualquer uso seu, para fins militares ou políticos. Nem, quando por infelicidade a guerra já se iniciou, torna-se tudo lícito entre as partes inimigas.

Aquêles, porém, que, destacados para o serviço da pátria, fazem parte do exército, considerem-se a si mesmos como ministros da segurança e da liberdade dos povos. Enquanto desempenham bem esta função cooperaram realmente para estabelecer a paz.

## A guerra total

80. Pelo progresso das armas científicas, o horror e a perversidade da guerra cresceram sem medida. Com o emprêgo destas armas as operações bélicas podem causar destruições enormes e indiscriminadas que portanto ultrapassam muito os limites da legítima defesa. Ora, se êstes recursos, que já se encontram nos arsenais de armas das grandes nações, fôssem realmente aplicados, resultaria d'isso uma chacina quase total e inteiramente recíproca entre os adversários, sem falar das muitas devastações que se originariam no mundo e das nefastas conseqüências do uso destas armas.

Tudo isso nos obriga a examinar a guerra com mentalidade inteiramente nova (164). Os homens do nosso tempo devem saber que prestarão contas severas de suas operações bélicas. Pois o desenvolvimento dos tempos vindouros em grande parte dependerá de seus planos de hoje.

À vista disso, êste Sínodo Sacrossanto endossa as condenações da guerra total já enunciadas pelos últimos Sumos Pontífices (165), e declara :

Qualquer ação bélica que visa à destruição indiscriminada de cidades inteiras ou de vastas regiões com seus habitantes, é um crime contra Deus e o próprio homem, a ser condenado com firmeza e sem hesitações.

O perigo assombroso da guerra moderna consiste nisso : por assim dizer, insinua-se a ocasião de perpetrar tais crimes àqueles que possuem novas armas científicas; e, por uma concatenação de certa maneira inexorável, é capaz de impelir a vontade dos homens às decisões mais atrozes. Para que isso jamais aconteça no futuro, os bispos de todo o mundo, reunidos, suplicam a todos, principalmente aos chefes de Estado, bem como às autoridades militares, que considerem incessantemente tamanha responsabilidade perante Deus e perante tãda a humanidade.

## A corrida armamentista

81. É verdade que as armas científicas não se acumulam apenas para serem aplicadas no tempo da guerra. Sendo opinião corrente que a fôrça defensiva de cada lado depende da capacidade fulminante em repelir o adversário, esta acumulação de armas, cada ano mais volumosa, exerce uma influência incomum para atemorizar possíveis adversários. Muitos consideram isto como o mais eficaz de todos os meios para garantir hoje uma certa paz entre as nações.

---

(164) Cf. JOAO XXIII, Enc. *Pacem in Terris*, 11-04-1963 : AAS 55 (1963), p. 291 : "Por isso em nossa época, que se gloria da fôrça atômica, é algo absurdo estar a guerra já preparada para ressarcir direitos violados".

(165) Cf. PIO XII, Alocução de 30-09-1954 : AAS 46 (1954), p. 589; Radiomensagem de 24-12-1954 : AAS 47 (1955), pp. 15 ss; JOAO XXIII, Enc. *Pacem in Terris* : AAS 55 (1963), pp. 286-291; PAULO VI, Alocução na ONU, 4-10-1965.

Seja qual fôr o pêso dêste raciocínio, convençam-se os homens que a corrida armamentista, para a qual não poucas nações apelam, não é caminho infalível para assegurar firmemente a paz; nem o assim chamado equilíbrio que resulta desta corrida é a paz estável e verdadeira. Bem longe de eliminar as causas de guerra que daí surgem, antes aos poucos as agravam. Enquanto se gastam enormes somas na confecção de armas sempre novas, não se pode dar remédio suficiente a tantas misérias que hoje grassam no mundo inteiro. Em vez de sanar em verdade e pela base os conflitos entre as nações, outras partes do mundo são por êles contaminadas. É preciso procurar novos caminhos que procedam de uma reforma dos espíritos, a fim de que se remova êste escândalo, e ao mundo, libertado do pavor que o oprime, possa ser restituída a paz verdadeira.

Por isso, mais uma vez deve ser declarado : a corrida armamentista é a praga mais grave da humanidade, que lesa intoleravelmente os pobres. É de se temer muitíssimo que, se perdurar, ela produza um dia tôdas as ruínas nefastas, cujos instrumentos já prepara.

Avisados das calamidades que o gênero humano tornou possíveis, aproveitemo-nos do tempo que desfrutamos concedido do alto, para que, mais conscientes de nossa responsabilidade, encontremos os caminhos que nos permitam resolver nossas controvérsias de um modo mais digno do homem. A providência divina exige de nós com insistência que nos livre-mos da antiga escravidão da guerra. Se recusarmos fazer tentativas neste sentido, não sabemos para onde nos levará êste mau caminho no qual entramos.

### **A proscricção da guerra e a ação internacional para evitá-la**

82. É evidente que devemos distinguir-nos com tôdas as fôrças na preparação dos tempos nos quais com o consentimento das nações qualquer guerra possa ser absolutamente interdita. Isto naturalmente requer a instituição de alguma autoridade pública universal, reconhecida por todos, que goze de poder eficiente, a fim de que sejam salvaguardadas a segurança, a observância da justiça e a garantia dos direitos. Antes porém que se consiga instituir esta autoridade desejável, urge que as supremas organizações internacionais de hoje se dediquem sèriamente aos estudos dos meios mais indicados para conseguir a segurança comum. A paz deve nascer antes da confiança mútua entre povos, do que ser imposta às nações pelo terror das armas. Por isso, todos devem colaborar para que acabe enfim a corrida armamentista. A redução das armas, para tornar-se uma realidade, deve ser iniciada, não de modo unilateral, mas paralelamente, em virtude de acôrdos e ser apoiada por cauções verdadeiras e eficazes (166).

---

(166) Cf. JOAO XXIII, Enc. *Pacem in Terris*, onde se fala da diminuição dos armamentos : AAS 55 (1963), p. 287.

Contudo, não devem ser subestimadas as tentativas já feitas e ainda em curso, a fim de afastar o perigo da guerra. Pelo contrário: deve-se apoiar a boa vontade de muitíssimos que, embora onerados por ingentes cuidados de seus elevadíssimos encargos, movidos todavia pelo dever gravíssimo ao qual são ligados, empenham-se por eliminar a guerra que detestam, ainda que não possam prescindir da complexidade real das coisas. É preciso rogar insistentemente a Deus que lhes dê a força de enfrentar com perseverança e de levar a termo com firmeza esta obra do mais elevado amor aos homens pela qual é construída virilmente a paz. Isto hoje exige deles incontestavelmente que alarguem sua inteligência e seu espírito além das fronteiras da própria nação, abandonem o egoísmo nacional e a ambição de dominar outras nações, nutram profundo respeito para com toda a humanidade que já corre, ainda que laboriosamente, em direção a maior liberdade.

As sondagens em torno dos problemas da paz e do desarmamento desde há muito empreendidas com seriedade e perseverança, bem como as conferências internacionais que trataram deste assunto, devem ser consideradas como os primeiros passos para resolver questões tão difíceis. No futuro elas devem ser promovidas com maior urgência para chegar a resultados práticos. No entanto acautelem-se os homens de abandonar-se somente às tentativas de alguns, sem ter cuidado da própria mentalidade. Pois os chefes de Estado, fiadores que são do bem comum da própria nação e igualmente promotores do bem comum mundial, dependem muitíssimo da opinião e da mentalidade das multidões. Nada lhes aproveita insistir na construção da paz, enquanto sentimentos de hostilidade, desprezo ou desconfiança, ódios raciais e ideologias obstinadas dividem os homens em campos opostos. Daí a urgência máxima da reeducação da mentalidade e da nova inspiração da opinião pública. Os que se consagram à obra da educação, em particular da juventude, ou se dedicam à formação da opinião pública considerem como seu dever mais grave inculcar ao espírito de todos novos sentimentos pacíficos. Nós todos devemos transformar nossos corações, abrindo os olhos sobre o mundo inteiro e aquelas tarefas que, todos juntos, podemos cumprir, para o feliz progresso da humanidade.

Não nos engane a falsa esperança. Pois sem abandonar as inimizades e os ódios e sem concluir no futuro pactos firmes e honestos de paz universal, a humanidade, que já se encontra em situação mui crítica, apesar de ser dotada da ciência admirável, talvez fatalmente seja levada ao momento em que outra paz não experimente senão a horrenda paz da morte. A Igreja de Cristo, porém, ao pronunciar estas palavras, colocada no meio da angústia deste tempo, imperturbável, não perde a esperança. Sempre de novo, oportuna e importunamente, deseja anunciar ao nosso tempo a mensagem apostólica: "Este é o tempo propício" para converter os corações, "este é o dia da salvação" (167).

(167) Cf. II Cor 2,6.

## II SEÇÃO : CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

### **As causas das dissensões e seus remédios**

83. Para construir a paz é antes de tudo imprescindível extirpar as causas de desentendimentos entre os homens. Estas alimentam a guerra, sobretudo as injustiças. Não poucas provêm das excessivas desigualdades econômicas, bem como do atraso de lhes trazer os remédios necessários. Outras surgem do espírito dominador, do desprezo das pessoas e, investigando as causas mais profundas, da inveja, da desconfiança, da soberba e de outras paixões egoístas. Como o homem não suporta tantas desordens, resulta que, mesmo fora dos tempos de guerra, o mundo constantemente é perturbado por rivalidades entre os homens e por atos de violência. Êstes mesmos males infestam as relações entre as próprias nações. Por isso é de absoluta necessidade, para vencer ou prevenir e coibir as violências desenfreadas, que as instituições internacionais desenvolvam melhor e reforcem sua cooperação e coordenação; e se estimule incansavelmente a criação de organismos promotores da paz.

### **A comunidade dos povos e as instituições internacionais**

84. Em nosso tempo aumentam os laços estreitos de dependência mútua entre todos os cidadãos e entre todos os povos da terra. Para procurar acertadamente o bem comum universal e consegui-lo mais eficazmente, já se exige que a comunidade dos povos estabeleça um programa que corresponda às exigências de hoje, sobretudo no que diz respeito àquelas numerosas regiões que ainda sofrem de intolerável penúria.

Para atingir êstes objetivos, as instituições da comunidade internacional, por sua parte, devem atender às várias necessidades dos homens, tanto no campo da vida social (alimentação, saúde, educação, trabalho), quanto em certas condições particulares que podem surgir cá ou lá, tais como a necessidade geral de estimular o progresso das nações em vias de desenvolvimento, de acudir aos sofrimentos dos refugiados, dispersos pelo mundo inteiro, bem como de ajudar os emigrantes e suas famílias.

As instituições internacionais já existentes, universais ou regionais, certamente são beneméritas do gênero humano. Elas aparecem como as primeiras tentativas para lançar os fundamentos internacionais de toda a comunidade humana, a fim de resolver as questões mais graves de nossos tempos : a promoção do progresso em todo o mundo e a proscricção da guerra sob tôdas as formas. Em todos êstes campos, a Igreja se alegra com o espírito de verdadeira fraternidade que começa a florescer entre cristãos e não cristãos e insiste na intensificação sempre maior dos esforços para aliviar a ingente miséria.

## A cooperação internacional no campo econômico

85. A solidariedade atual do gênero humano reclama também o estabelecimento de maior cooperação internacional no campo econômico. Com efeito, embora quase todos os povos se tenham tornado autônomos, ainda falta muito para que sejam livres das desigualdades excessivas e de toda a forma de dependência indevida e escapem a todo o perigo das graves dificuldades internas.

O desenvolvimento de uma nação depende de ajuda humana e pecuniária. Os cidadãos de qualquer nação devem ser preparados para os diversos encargos da vida econômica e social pela educação e formação profissional. Para isto, no entanto, é indispensável o auxílio de peritos estrangeiros que, ao prestar o apoio, não devem comportar-se como dominadores, mas como assistentes e cooperadores. Quanto ao auxílio material para as nações em vias de desenvolvimento, não se poderá prestá-lo, se os costumes do atual comércio mundial não forem profundamente modificados. Outros recursos devem ser fornecidos pelas nações evoluídas às nações em progresso sob a forma de donativos, empréstimos ou investimentos; êstes serviços sejam prestados como generosidade e sem cobiça de uma parte, e, de outra, aceitos com toda a honestidade.

Para estabelecer uma verdadeira ordem econômica universal, é necessário eliminar a procura exagerada do lucro, as ambições nacionais, as aspirações de domínio político, os cálculos militarísticos bem como as manobras para propagar ou impor ideologias. Há muitos sistemas econômicos e sociais. Deseja-se que os seus peritos descubram as bases comuns para um sã comércio mundial. Isto se conseguirá com maior facilidade se cada um abandonar os próprios preconceitos, pronto para um diálogo sincero.

### Algumas normas oportunas

86. Para esta cooperação, parecem oportunas as seguintes normas :

a) Os povos em vias de desenvolvimento tenham o máximo interesse em procurar, como fim do progresso, expressa e firmemente, a perfeição humana e integral dos seus próprios cidadãos. Lembrem-se que o progresso nasce e cresce antes de tudo do trabalho e do engenho das mesmas nações. Por isso não deve apoiar-se somente nos recursos alheios, mas em primeiro lugar na ampla exploração dos próprios, bem como na cultura da inteligência e tradição própria. Nesta orientação devem distinguir-se sobretudo os líderes.

b) Por outro lado, é obrigação gravíssima dos povos desenvolvidos ajudar os povos em via de desenvolvimento no desempenho destas tarefas. Por isso, promovam no seu próprio ambiente as disposições espirituais e materiais necessárias para assentar as bases desta cooperação universal.

Assim ao negociar com as nações mais fracas e pobres, procurem escrupulosamente o bem delas; pois estas carecem para o próprio sustento dos lucros que tiram da venda de seus produtos.

c) Cabe porém à comunidade internacional organizar e estimular o desenvolvimento, mas de tal maneira que os fundos a isso destinados sejam aplicados de modo mais eficiente e com plena equidade. Pertence ainda a esta comunidade, sem prejuízo naturalmente do princípio de subsidiariedade, organizar as relações econômicas mundiais, a fim de que se desenvolvam conforme as normas da justiça.

Sejam criados institutos idôneos para promover e regulamentar os negócios internacionais, sobretudo com as nações menos desenvolvidas, e para compensar falhas que promanam da desigualdade excessiva de poder entre as nações. Tal organização, juntamente com assistência técnica, cultural e financeira, deve oferecer os subsídios necessários às nações em busca do progresso, a fim de que possam alcançar o harmonioso incremento de sua economia.

d) Não raro se impõe uma revisão das estruturas econômicas ou sociais. Mas é preciso acautelar-se de soluções técnicas imaturas, especialmente daquelas que, enquanto oferecem ao homem vantagens materiais, prejudicam sua índole e proveito espiritual. Pois "não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus" (*Mt 4,4*). Ora, qualquer elemento da família humana abriga em si mesmo e em suas melhores tradições alguma parcela do tesouro espiritual confiado por Deus à humanidade, embora muitos ignorem sua origem.

## **A cooperação internacional e a explosão demográfica**

87. A cooperação internacional se torna absolutamente necessária para aqueles povos que hoje, muitas vezes em meio de tantos outros problemas, se vêem de modo especial pressionados pelo rápido crescimento da população. Há necessidade urgente de descobrir, graças à plena e solícita colaboração de todos, particularmente das nações mais ricas, como conseguir os meios necessários para a alimentação e formação conveniente dos homens e como fazer deles participar toda a comunidade humana. Bom número de povos há que conseguiriam melhorar bastante seu nível de vida, se, devidamente instruídos, passassem dos métodos antiquados na produção agrícola para técnicas modernas, aplicando-as prudentemente às suas condições, a par, além disso, da instauração de melhor ordem social e de distribuição mais justa da propriedade das terras.

Sem dúvida pertencem ao governo o direito e o dever de tentar uma solução do problema populacional de sua nação, dentro dos limites da própria competência: por exemplo, no que diz respeito à legislação social e familiar, ao êxodo da população rural para a cidade, às informações acêrca da situação e das necessidades da nação. Com este problema mui-

to agita hoje os espíritos, é de desejar que católicos competentes em tôdas estas questões, sobretudo nas Universidades, prossigam incansavelmente os estudos e planejamentos ampliando-os ainda. •

Perante a afirmação de muitos, segundo a qual o crescimento da população do mundo ou pelo menos de algumas nações deve ser radicalmente limitado por todos os meios e por tôda sorte de intervenção da autoridade pública, o Concílio adverte todos os homens que se acautelem de soluções preconizadas pública ou privadamente e às vêzes impostas, que se opõem à lei moral. Pois, em virtude do direito inalienável do homem ao matrimônio e à geração da prole, a decisão sôbre o número de filhos a procriar depende do juízo reto dos pais. De maneira alguma pode ser atribuída ao critério da autoridade pública. Mas como a decisão dos pais supõe uma consciência bem formada, é de máxima importância que a todos se dê a possibilidade de chegar ao nível de uma responsabilidade reta e verdadeiramente humana com relação à lei divina, de acôrdo com as circunstâncias da realidade e do tempo. Mas isto exige que em tôda parte sejam melhoradas as condições pedagógicas e sociais e mormente que se ofereça instrução religiosa ou pelo menos íntegra formação moral. Sejam as populações judiciosamente informadas sôbre os progressos científicos realizados na pesquisa de métodos que possam ajudar os esposos em matéria de regulação de nascimentos, contanto que o valor dêstes métodos seja bem comprovado e a concordância com a lei moral seja certa.

### **O dever dos cristãos na prestação de auxílios**

88. De bom grado e de todo o coração os cristãos cooperem na construção de uma ordem internacional na qual sejam realmente observadas as liberdades legítimas e a amizade fraterna de todos. Fá-lo-ão de boa mente, tanto mais que a maior parte do mundo ainda se debate em tão grande penúria que o próprio Cristo, nos pobres, como que em alta voz, clama pela caridade de seus discípulos. Evite-se pois de dar êste escândalo aos homens: algumas nações, cujos cidadãos na maioria se gloriam do nome de cristãos, nadam na abundância de bens, enquanto outras se vêem despojadas das coisas necessárias para a vida e são torturadas pela fome, doenças e completa miséria. Pois o espírito de pobreza e caridade são a glória e o testemunho da Igreja de Cristo.

Merecem portanto louvor e apoio os cristãos, sobretudo os jovens, que se oferecem espontaneamente para prestar auxílio a outros homens e povos. Mais ainda. É obrigação de todo o Povo de Deus, arrastado pela palavra e pelo exemplo dos bispos, aliviar na medida de suas fôrças a miséria dos tempos atuais e isto, como era costume antigo da Igreja, não só com o supérfluo, mas também com o essencial.

O sistema de arrecadar e distribuir os subsídios não deve necessariamente observar uma linha rígida e uniforme. Mas seja bem organizado nas dioceses, nas nações e no plano mundial, em ação conjugada, sempre que pareça oportuno, de católicos com os outros irmãos cristãos. Pois o

espírito de caridade, longe de proibir o exercício previdente e ordenado da ação social e caritativa, antes o impõe. Por isso mesmo é necessário que sejam devidamente preparados, mesmo em institutos idôneos, os que pretendem dedicar-se ao serviço das nações em vias de desenvolvimento.

### **A presença eficiente da Igreja na comunidade internacional**

89. Apoiada na sua missão divina, a Igreja prega a todos os homens o Evangelho e distribui-lhes os tesouros da graça. Assim ela contribui, em tôda parte, para assegurar a paz e para lançar o fundamento sólido da confraternização dos homens e dos povos, isto é, o conhecimento da lei divina e natural. É por isso que a Igreja deve estar absolutamente presente na comunidade dos povos, para fomentar e despertar a cooperação entre os homens; e isto tanto por suas instituições públicas como ainda pela plena e sincera colaboração de todos os cristãos, inspirada sòmente pelo desejo de prestar serviço a todos.

Isto será conseguido de modo mais eficiente, quando os próprios fiéis, conscientes de sua responsabilidade humana e cristã, se empenharem para despertar no seu ambiente de vida a vontade de cooperar prontamente com a comunidade internacional. A isto se dê particular atenção na formação dos jovens, tanto na educação religiosa como na civil.

### **Participação dos cristãos nas instituições internacionais**

90. Para os cristãos constitui sem dúvida excelente forma de atividade internacional o concurso que prestam, individualmente ou em grupos, nos Institutos já existentes ou por existir, a fim de dar impulso a cooperação entre as nações. Para a edificação da comunidade dos povos na paz e na fraternidade, além disso, podem servir de muitas maneiras as diversas associações católicas internacionais. Devem ser consolidadas, dotando-as de pessoal mais numeroso e bem formado, aumentando os subsídios de que precisam e coordenando harmoniosamente suas fôrças. Pois em nossos tempos a eficácia das ações como a necessidade de diálogo reclamam iniciativas coletivas. Tais associações, além disso, contribuem não pouco para desenvolver o sentido do universal, que certamente convém aos católicos e é próprio para formar a consciência de solidariedade e responsabilidade verdadeiramente universal.

Enfim é de desejar que os católicos, para bem cumprir sua missão na comunidade internacional, procurem cooperar ativa e positivamente não só com os irmãos separados que juntamente com êles professam a caridade evangélica, mas também com todos os homens que têm sêde de paz verdadeira.

Considerando a imensidade de sofrimentos que atormentam ainda hoje a maior parte do gênero humano e para fomentar em tôda parte a justiça e o amor de Cristo para com os pobres, o Concílio, por sua vez,

julga muito oportuna a criação de um organismo da Igreja universal, com o fim de despertar a comunidade dos católicos para que se promovam o progresso das regiões indigentes e a justiça social entre as nações.

## CONCLUSÃO

### O dever de cada fiel e das Igrejas particulares

91. As propostas feitas por êste Sagrado Sínodo, tiradas do tesouro da doutrina da Igreja, pretendem ajudar todos os homens dos nossos tempos, quer os que crêem em Deus e quer os que não. O admitem explicitamente, a perceber com mais clareza sua vocação integral, construir um mundo mais de acôrdo com a dignidade eminente do homem, aspirar a uma fraternidade universal apoiada sôbre fundamentos mais profundos e corresponder, sob o impulso do amor, com esforço generoso e comunitário às exigências urgentes de nossa época.

Contudo, diante da variedade imensa, não só das situações, mas também das formas de cultura humana no mundo, esta exposição, em muitas de suas partes, apresenta deliberadamente um caráter genérico. Bem mais. Ainda que enuncie a doutrina já tradicional da Igreja, como não raro trata das realidades sujeitas a permanente evolução, deverá ser ainda prosseguida e ampliada. Confiamos porém que muitas coisas que enunciamos, apoiados na Palavra de Deus e no espírito do Evangelho, poderão trazer a todos um auxílio valioso, sobretudo depois que os cristãos, sob a orientação dos Pastôres, tiverem realizado a adaptação, para cada povo e mentalidade.

### O diálogo entre todos os homens

92. Em virtude de sua missão que é de iluminar o mundo inteiro com a mensagem evangélica e reunir em um único Espírito todos os homens de tôdas as nações, raças e culturas, a Igreja torna-se o sinal daquela fraternidade que permite e consolida um diálogo sincero.

Isto, porém, requer, em primeiro lugar, que promovamos no seio da própria Igreja a mútua estima, respeito e concórdia, admitindo tôda a diversidade legítima, para que se estabeleça um diálogo cada vez mais frutífero entre todos os que constituem o único Povo de Deus, sejam os pastôres, sejam os demais cristãos. O que une os fiéis é com efeito muito mais forte do que aquilo que os separa. Nas coisas necessárias reine a unidade, nas duvidosas a liberdade, em tudo a caridade.

O nosso pensamento abraça ao mesmo tempo os irmãos e suas comunidades que ainda não vivem em comunhão plena conosco, aos quais contudo nós nos unimos pela confissão do Pai e do Filho e do Espírito Santo e pelo vínculo da caridade, lembrados de que a unidade dos cristãos é hoje também desejada e esperada por muitos que não crêem em Cristo. Quanto mais esta unidade crescer sob a ação potente do Espírito Santo, na

verdade e na caridade, tanto mais ela será um prenúncio de unidade e de paz para o mundo inteiro. Unamos portanto nossas forças e, sob formas cada vez mais adaptadas a êste fim preclaro que hoje deve ser eficazmente procurado, esforcemo-nos a que, cada dia mais conformados ao Evangelho, cooperemos fraternalmente no serviço a ser prestado à família humana, chamada a tornar-se, em Cristo Jesus, a família dos filhos de Deus.

Volvemos pois ainda o nosso pensamento a todos os que admitem Deus e que guardam em suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, desejando que um diálogo aberto nos leve todos a aceitar fielmente os impulsos do Espírito e a cumpri-los com entusiasmo.

O desejo de tal diálogo, que é guiado sòmente pelo amor à verdade, observada a devida prudência, de nossa parte não exclui ninguém, nem os que, honrando os bens admiráveis do engenho humano, contudo não admitem ainda o seu Autor, nem aquêles que se opõem à Igreja e a perseguem de várias maneiras. Sendo Deus Pai o princípio e o fim de tôdas as coisas, somos todos chamados a ser irmãos. E por isso, destinados à única e mesma vocação, humana e divina, sem violência e sem dolo, podemos e devemos cooperar para a construção do mundo na paz verdadeira.

### **Construir o mundo e levá-lo ao seu fim**

93. Lembrados da palavra do Senhor “Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros” (*Jo* 13,35), os cristãos nada podem desejar mais ardentemente do que prestar serviço aos homens do mundo de hoje, com generosidade sempre maior e mais eficaz. Dêste modo, aderindo fielmente ao Evangelho e alimentados com as suas forças, unidos a todos que amam e praticam a justiça, receberam uma tarefa imensa a ser desempenhada nesta terra e da qual devem prestar contas Àquele que julgará todos os homens no último dia. Nem todos os que dizem “Senhor, Senhor!” entrarão no reino dos céus, mas aquêles que fazem a vontade do Pai e põem mão eficaz à obra. Pois o Pai quer que reconheçamos Cristo como irmão em palavras como em atos, prestando assim testemunho à Verdade e comunicando aos outros o mistério de amor do Pai celeste. Por êste caminho os homens são despertados, em todo o orbe da terra, para uma esperança viva, dom do Espírito Santo, a fim de que, finalmente, sejamos recebidos na paz e na felicidade suprema, na pátria que brilha com a glória do Senhor.

“Àquele que, pela virtude que opera em nós, pode fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou entendemos, a Êle seja dada glória na Igreja e em Cristo Jesus, por tôdas as gerações da eternidade. Amém” (*Ef* 3,20-21).

### **Promulgação**

Todo o conjunto e cada um dos pontos que foram enunciados nesta Constituição pastoral agradaram aos Padres.

E Nós, pela autoridade Apostólica por Cristo a Nós confiada, juntamente com os Veneráveis Padres, no Espírito Santo os aprovamos, decretamos, e estatuímos. Ainda ordenamos que o que foi determinado em Concílio seja promulgado para a Glória de Deus.

Roma, junto a São Pedro, no dia 7 de dezembro de 1965.

EU, PAULO, BISPO DA IGREJA CATÓLICA

*Seguem-se as assinaturas dos Padres Conciliares.*



## **SALVA A PROVÍNCIA FRANCISCANA: HÁ 75 ANOS**

*Em 1892, a convite do último provincial brasileiro Frei Antônio de São Camilo, chegaram à Bahia os seis primeiros franciscanos alemães. Pretendia, êsse nobre ancião, restaurar a província franciscana do Norte que, em consequência das leis anticlericais de Pombal e do Império brasileiro, fôra reduzida de 470 a nove religiosos, estando fechada a maior parte dos conventos e a província prestes a extinguir-se. A 2 de março de 1893, realizou-se em Salvador o capítulo provincial dos frades brasileiros reunidos com os alemães, resolvendo-se a restauração da antiga província, que já contava quase 240 anos de existência.*

*Mas, da resolução até a realização mediram longos anos de sensíveis sacrifícios, inclusive o de 18 jovens vidas que a febre amarela e a aclimação exigiram. Todavia a província-mãe da Saxônia continuava a mandar sempre novas turmas de religiosos até que, no dia 14 de setembro de 1901, a Cúria Generalícia de Roma decretou a reereção da província, com seus 68 frades. Destarte, se salvaram nove dos 14 conventos, salientando-se, pela rica arte sacra, o de Salvador.*

*Hoje, a província franciscana do Norte conta 370 religiosos brasileiros e alemães, inclusive cinco bispos, exercendo-se a cura de almas, tanto nas 30 igrejas conventuais, como nas 45 paróquias, nas missões de índios e na prelazia de Óbidos.*

# Em torno da "Populorum Progressio"

## O Novo Nome da Paz

RAIMUNDO MANZINI

A Encíclica de Paulo VI, *Populorum Progressio*, divulgada agora na Páscoa, dia 26 de março, foi saudada, quase universalmente, como um dos documentos pontifícios mais importantes do nosso século. Situa-se na linha ascendente das grandes encíclicas que abordam os problemas sociais do mundo contemporâneo: *Rerum Novarum* de Leão XIII, *Quadragesimo Anno* de Pio XI, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* de João XXIII. De maneira cada vez mais decidida e sempre com maior solicitude, têm os últimos Papas procurado projetar sobre esses angustiantes problemas a luz do Evangelho. A *Populorum Progressio* se destaca pela acuidade na análise da situação hodierna e pela coragem com que interpela os grandes deste mundo (nações, altas classes, chefes políticos e outros). Ao contrário dos documentos anteriores, que usavam linguagem clássica e quase intemporal, Paulo VI se exprime em termos atualizados e diretos, cita autores modernos e utiliza os melhores especialistas nos assuntos mais em dia.

A imprensa mundial, em larga escala, manifestou-se de maneira favorável ao grande pronunciamento do Chefe da Igreja Católica. Mas era de se esperar que o arrôjo com que ele expressa suas idéias e a linguagem tão vigorosa que aí emprega logo suscitasse protestos por parte de conservadores, de reacionários, de responsáveis pelos descabros e abusos denunciados na nova Encíclica. Alguns apresentaram contestações, críticas, discordâncias. Outros procuraram atenuar a força e o alcance de suas afirmações. Sem falar dos protestos mais do que esperados de Wall Street, até no *Osservatore Romano*, na primeira semana após a publicação da Encíclica, apareceram comentários lenitivos. É com satisfação que registramos a reação em sentido contrário do próprio Diretor deste credenciado jornal, impresso nas oficinas do Vaticano: o Professor Raimundo Manzini. Transcrevemos aqui o seu magnífico editorial.

Dois coeficientes levam à renovação substancial da convivência hodierna; a consciência, enfim universalmente difusa, da dignidade e da igualdade moral de todos os homens e de seu direito ao acesso indiscriminado e livre a mais justos padrões de vida; e a aceleração do progresso

técnico que, quando distribuído com justiça, proporcionando os instrumentos capazes de satisfazer as necessidades de todos, amplia as relações e os cotejos entre os povos. Estes coeficientes morais e sociais aguçaram até o extremo a exigência de uma equidade distributiva e tornaram intolerável à consciência comum os desníveis-limite entre a opulência e a fome, o requinte e o atraso. O contraste e a competição sociais transferiram-se das classes às nações, com o surgir de tensões que turbam a convivência internacional.

A nova Encíclica de Paulo VI, *Populorum Progressio*, a quinta de seu pontificado, esclarece, com gravidade e amplitude adequadas à complexidade do argumento, esta situação que evolui e faz pressão com um imperativo moral e social. A Encíclica de Paulo VI pede ao povo de Deus que tome consciência do dever que tem de cooperar com a assistência e a solidariedade entre as nações, para assegurar o justo e superior desenvolvimento dos homens e dos povos, o que não é privilégio, mas dever e missão. A Igreja, mais uma vez, se inclina sobre os problemas da realidade temporal, ciente de que eles têm o valor de meios para alcançar uma outra dimensão da pessoa humana: a sobrenatural. A Encíclica dirige um apêlo solene para uma ação de conjunto com vista ao desenvolvimento integral do homem e ao desenvolvimento solidário da humanidade. Deve ficar bem claro para cada um que o que está em perigo é a própria vida dos povos pobres; é a paz civil nos países a caminho do desenvolvimento, e é a paz do mundo..

É preciso ter em mente que “a questão social é hoje em dia mundial”, e, devido à aceleração dos tempos, tornou-se aguda em termos inadiáveis, com graves tensões e obscuras implicações. A exigência dos pobres torna-se peremptória. “Os povos famintos interpelam hoje com acento dramático os povos ricos”. Por outro lado, os privilegiados que não quisessem aceitar essas exigências demonstrariam que “a avareza é a forma mais evidente de um subdesenvolvimento moral”.

Por um rigoroso preceito de justiça e de caridade, somos empenhados à intervenção solidária e planejada, promovida e fiscalizada por um organismo mundial; e esta intervenção nos impele também à visão direta das coletividades atrasadas, cujas necessidades não satisfeitas estão à vista de todos, com o resultado de serem agravadas pela positiva e problemática realidade da superpopulação.

As chagas da fome e da ignorância dos povos atrasados eram, talvez, psicológicamente suportáveis, quando quase ignoradas, devido às distâncias geográficas, então intransponíveis, e pelo difícil intercâmbio.

Somente a evangelização disseminava-se singularmente, com a iniciativa dos apóstolos do Evangelho. Hoje, ao contrário, as comunicações e as transmissões nos permitem participar da vida de cada um; pobreza e dores dos povos mais longínquos ou atrasados estão à nossa vista.

Com referência aos indivíduos, o problema social põe-se como “problema do desenvolvimento integral da pessoa” (é o primeiro capítulo da Encíclica); no plano dos povos, o mesmo problema define-se como a exigência “do desenvolvimento solidário da humanidade” (segundo capítulo).

Para o homem, a primeira exigência é que ele seja um sujeito e não o objeto da economia; que o progresso produtivo não seja estéril ou sirva de aproveitamento para poucos; mas que sirva, ao contrário, ao crescimento moral da pessoa. A todo progresso econômico deve corresponder um progresso social (é a doutrina de todos os pontífices); todo homem deve ter acesso às fontes da instrução, da especialização, da liberdade individual e familiar, das melhores condições de vida e de desenvolvimento.

Em nível mundial, o problema da justiça é hoje problema de intervenção global, não sendo mais suficientes as iniciativas particulares. “Deixado a si mesmo, o mecanismo é tal”, no que diz respeito às duras exigências da economia, que corre o perigo de piorar e não melhorar as condições sociais. Os ricos ameaçam tornar-se mais ricos e os pobres, mais pobres. A lei da vantagem egoística e do proveito indiscriminado não pode ser a regra das relações entre povo e povo; é necessária a consciência de um fim comum e de um bem universal, para o qual todos somos chamados.

Se, para o homem, a libertação da necessidade ou da ignorância se resume na finalidade de “fazer conhecer e ter mais para ser mais”, para as comunidades deve-se alcançar uma consciência nova de atuante solidariedade. Aqui o problema da justiça se entrelaça com o da paz.

Estes motivos foram muitas vezes afirmados pelo Papa Paulo VI, nas invocações e iniciativas de paz. Trabalhar para aliviar os sofrimentos, para satisfazer as necessidades, para trocar os recursos e assistência, para distribuir os instrumentos de produção e as inteligências técnicas, entre povo e povo, isto significa as premissas para o caminho da paz, apagando as tensões e ajudando a extinguir os conflitos onde existem.

Assim, as solicitações da caridade exortam cada país a ser hospitaleiro para com os trabalhadores emigrados, e suas famílias, com os jovens, com os técnicos, enquanto os desequilíbrios alimentam o protesto e fomentam a revolta entre os povos e nos povos; podemos-lo constatar nas guerras disfarçadas e declaradas que angustiam a nossa assim dita paz.

\*

\*   \*

Daí a doutrina de Paulo VI: “o desenvolvimento é o novo nome da paz”, que inspirou também a hodierna Encíclica.

No discurso perante a Assembléia-Geral da ONU, não tinha Paulo VI exortado a Organização das Nações Unidas a perseverar, “fornecendo ajuda aos governos que dela necessitassem, para apressar o progresso econômico-social”? Não encorajou o grande Organismo das Nações a

“vencer o analfabetismo e a difundir a cultura no mundo; a dar aos homens uma adequada e moderna assistência sanitária; a pôr ao serviço do homem os maravilhosos recursos da ciência, da técnica, da organização para o fim da justiça internacional” ?

Não foi o Papa, em Bombaim, o autor da proposta de um Fundo Mundial de socorro aos povos necessitados, fundo que, ainda que simbólico, seria arrecadado com a redução das despesas para o armamento ?

Não tinha êle levado idêntico voto de paz e de solidariedade a Jerusalém ?

Não foi a Encíclica *Ecclesiam Suam* a proclamação do diálogo como princípio do encontro, da compreensão, da colaboração universal, ficando firmes os direitos da verdade ?

E a invocação contra a fome na Índia ?

Explicitamente, ou em estado embrionário, os mesmos princípios foram proclamados na *Mater et Magistra*, na *Pacem in Terris*, na *Rerum Novarum* e na *Quadragesimo Anno*. Mas, prosseguindo, a atual doutrina é em detalhes elaborada e ordenada nas definições do Concílio, na *Lumen Gentium*, na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*.

Aplicando as deliberações do Concílio, junto aos órgãos centrais da Igreja, Paulo VI promoveu a Comissão *Iustitia et Pax*, que tem a tarefa de suscitar em todo o povo de Deus a plena consciência de seu papel de promotor de justiça e de paz; de aprofundar o estudo dos problemas da disparidade e da demora do desenvolvimento, para que sejam enfrentados com mais vigor, e para suscitar a iniciativa consciente de toda a Igreja. Com dimensão inusitada, a Encíclica constitui a *carta* do novo organismo pós-conciliar.

\*

\* \*

Na *Populorum Progressio*, são condenadas as doutrinas do utilitarismo incondicionado : nominalmente, a filosofia e praxe, de clássica e bem conhecida origem, do liberalismo original e individualista. Da mesma maneira, é rejeitada toda subordinação do homem a qualquer tirania social, em nome do coletivismo revolucionário ou da exagerada mística do trabalho opressivo da liberdade pessoal. Individualismo e massificação contradizem o princípio cardeal que anima e inspira a doutrina social da Igreja, ou seja : a economia é ao serviço do homem, e não vice-versa.

Tal princípio torna legítima a intervenção dos Podêres Públicos quando o bem comum parece comprometido, sempre dentro dos limites da liberdade individual, quando esta não prejudique o bem geral.

Contra a propriedade a-social, o documento aprova intervenções graves, até a desapropriação. A propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicionado e absoluto. O direito ao uso dos bens da terra foi estabelecido por Deus para todos e não só para alguns. Quem tem o supérfluo quando outrem carece do essencial da vida, terá o de

quem dêle necessita e o seu dar é uma restituição. Esta é a doutrina dos padres, que a Encíclica reconhece como sua. A moralidade social é o reflexo da moralidade individual. Assim, nos contratos internacionais, entre as nações subdesenvolvidas e as industrializadas, na diversidade das ofertas das lavouras pobres e das técnicas ricas, não é o princípio exclusivo do útil que legitima os acôrdos e convenções internacionais. Deve-se defender uma paridade de poder contratual entre as nações pobres e as ricas, como condição de legitimidade da contratação. Um acôrdo pode ser juridicamente legítimo e ser moralmente iníquo. São êstes os princípios da moral social cristã que causarão inquietude e talvez escândalo àqueles que têm uma idéia muito vaga ou interessada de tal doutrina. Esta sacudirá talvez aquêles que estão enfraquecidos pela cultura ou pelo ambiente hedonista que obscurece a decisão do Evangelho. São princípios que nos vinculam a ações íntegras e coerentes, para a justiça e a paz, do mesmo modo como se opõem aos excessos das doutrinas revolucionárias ou míticas de qualquer origem. No necessário planejamento que a Encíclica reivindica, no exemplo das comunidades econômicas continentais já existentes, ela aconselha formas mistas que possam resguardar, na economia dirigida, um incentivo do útil legítimo e da iniciativa pessoal, não dissociada do bem comum. Assim, ela condena as aberrações e os crimes do colonialismo e do capitalismo industrial, mas reconhece as funções históricas do impulso e do despertar e de seus níveis de vida. Obviamente, a Encíclica requer uma pormenorizada e competente análise. Mas já à primeira leitura ela nos aparece como uma basilar construção de princípios e de preceitos para o advento de um humanismo completo, do homem, dos povos, para terminar no plano do crescimento espiritual da pessoa e para adquirir uma consciência atuante do povo de Deus.

#### **SUPERIORES E SUPERIORAS MAIORES EM ASSEMBLÉIA**

Visando, além de sua preparação para os respectivos capítulos gerais, o estudo de assuntos de caráter conciliar sobretudo aquêles que se prendem com a problemática de nosso País, os superiores e superioras maiores religiosos do Brasil vão reunir-se, em âmbito inter-regional, nos locais e datas seguintes:

- 1) Recife — 5 a 9 de junho
- 2) Manaus — 3 a 7 de julho
- 3) Curitiba — 2 a 5 de agosto
- 4) Belo Horizonte — 16 a 19 de agosto

A Conferência dos Religiosos prestará, para tanto, a melhor colaboração possível. Inscrições e informações, junto às respectivas seções regionais.

## Formação

# O Mistério da "Comunidade"

PADRE JEAN-MARIE TILLARD, O.P.

*De 14 a 21 de janeiro último, promoveu, a Seção Regional da CRB de Belo Horizonte, um ENCONTRO DE SUPERIORAS E MESTRAS DE NOVIÇAS DE VIDA CONTEMPLATIVA. Primeiro no gênero, mesmo com algumas falhas inerentes ao fato, foi sem dúvida uma experiência feliz.*

*Preparado por questionários enviados e respondidos preliminarmente, conquistou êle adesão e reconhecimento gerais pelo benefício que representou para o "aprofundamento da consciência dos problemas existentes e de aspectos fundamentais da vida religiosa". Além das aulas, palestras e círculos que chamaram a si a atenção em conjunto de uma dezena de ordens e congregações de vida contemplativa, foi distribuída a tôdas as participantes abundante e expressiva documentação. De entre ela apraz-nos transcrever, neste número, o trabalho que o autor, Professor de Teologia Dogmática no Colégio Dominicano de Teologia, em Ottawa (Canadá) publicou em La vie des Communautés religieuses, de 4 de abril de 1966, Montreal, e que as Religiosas da Abadia de Nossa Senhora das Graças, de Belo Horizonte, traduziram para a nossa língua.*

Entre os pontos mais essenciais à renovação evangélica da vida religiosa e das instituições, devemos colocar uma nova tomada de consciência da natureza do que chamamos de comunidade religiosa. E esta tomada de consciência nos parece tão importante que não hesitaríamos em afirmar que, de fato, ela está subjacente a todo esforço verdadeiro de volta ao Evangelho. As tensões atuais (que correm o perigo de se agravar se não nos decidirmos a encará-las de outro modo do que como crises de sub-

missão ou uma borrasca de espírito de independência) só poderão encontrar uma verdadeira solução na medida em que forem estudadas à luz de uma autêntica teologia do mistério da comunidade religiosa. Gostaríamos de apresentar nestas páginas alguns dados capazes de suscitar uma reflexão neste sentido.

## I — ALGUMAS CONCEPÇÕES INCOMPLETAS E INSUFICIENTES DA NATUREZA DA COMUNIDADE RELIGIOSA

Começemos por limpar o terreno eliminando, umas após outras, certas concepções correntes, mas que nos parecem gravemente insuficientes.

### A concepção “utilitarista”

Em primeiro lugar a concepção que, de modo rijo, chamaremos de “utilitarista”. É talvez a mais difundida atualmente, incentivada por uma certa teologia global da “vida religiosa”. A comunidade se apresenta então, quase que unicamente, como um meio eminente que fornece a cada religioso o que lhe é necessário para alcançar sua santificação pessoal. Entra-se no convento para procurar o Senhor com mais ardor, para adotar um certo gênero de vida que cria como que o clima normal para a santificação desejada, e o fim da comunidade é proporcionar êsses meios de perfeição. As Constituições, as diretivas dos superiores, os contatos fraternos, o engajamento generoso em determinada linha de ação eclesial gravam pouco a pouco no religioso fiel a imagem do cristão perfeito que ele se propõe realizar durante todo o tempo de sua Páscoa terrestre. Quem ousaria dizer que essa concepção é falsa? Exprime, ao contrário, um dos estratos essenciais do mistério da vida religiosa: a procura realista de uma identificação cada vez mais total a Cristo Jesus. De fato, a instituição religiosa é um dom da misericórdia divina, um caminho que o Senhor propõe a seus irmãos para lhes permitir realizar com maior intensidade a vocação inscrita nêles por ocasião do acontecimento batismal.

Entretanto, sentimo-nos espontaneamente pouco à vontade diante de uma teologia da comunidade religiosa centralizada unicamente nessa dimensão de “meio de perfeição”. Não corremos o risco de cair no individualismo? De reduzir a comunidade a um aglomerado de cristãos, cada um procurando por si a perfeição, chegando mesmo a fazer de seu “serviço eclesial” (na linha específica da ordem ou da congregação em questão) um meio “a serviço de seu progresso” em sua santidade pessoal?

Vamos mais longe ainda: numa tal perspectiva, o que fazer quando percebendo que as estruturas próprias não estão mais adaptadas, que assim não podem mais realmente responder a seu fim, que, em outra parte, talvez (até mesmo fora da vida religiosa) a perfeição evangélica pode ser encontrada com a mesma densidade? Reconhecemos aí as perguntas que

se fazem hoje, com angústia, tantos religiosos. Podemos mesmo, teològicamente, fazer-nos outra pergunta, mais pesada ainda de conseqüências : Numa tal ótica, a caridade comum é vista sobretudo como o fruto da santificação de cada um ? Dêsse modo, respeita-se suficientemente o fato de que, na Igreja, a caridade deve ser o clima em que tôda vida batismal desabrocha ? São perguntas importantes ! Sem dúvida (repitamo-lo para evitar qualquer equívoco) a comunidade religiosa é realmente meio de salvação oferecido aos homens, e esta qualidade pertence a seu próprio ser. Mas é apenas isso ? Não é primeiramente outra coisa ? Do mesmo modo que a Igreja inteira, ao mesmo tempo que é meio de salvação dado aos homens pelo *Ágape* do Pai, é primeiramente outra coisa ?

### A concepção "compensadora"

Uma outra concepção (desta também faço um pouco a caricatura para dar a perceber sua insuficiência) é a de uma vida comum "compensadora". Fundamenta-se numa frase evangélica : "Ninguém há que tenha abandonado, por amor do Reino de Deus, sua casa, sua mulher, seus irmãos, seus pais ou seus filhos, que não receba muito mais neste mundo e, no mundo vindouro, a vida eterna" (*Lc* 18,29-30), ou, segundo a expressão de São Marcos : "que não receba já neste mundo o cêntuplo em casas, irmãos, irmãs, mães, filhos e terras, com perseguições" (*Mc* 10,29-30). O texto evangélico é de interpretação difícil e parece designar, antes de tudo, os novos laços espirituais que ligam entre si e de um modo que deve durar na eternidade — os que aceitam incondicionalmente o Evangelho do Senhor (cf. *Mc* 3,34-35). Mas quando é aplicado à vida religiosa, geralmente é forçado, porque se vê na comunidade como tal o cêntuplo encarado numa perspectiva de recompensa. O religioso despojou-se materialmente de tudo; todavia, indiretamente, pela comunidade encontra — e muitas vêzes de modo notavelmente acrescido — aquilo mesmo que, em sua generosidade, abandonara. O caso mais típico é evidentemente o do voto da pobreza : renunciemos a possuir pessoalmente os frutos do trabalho próprio, mas aproveitamo-nos do trabalho de todos os outros, o que leva freqüentemente a um estado de bem-estar material e espiritual superior ao que se poderia realizar sozinho. No plano da obediência, o raciocínio é mais sutil : abandonamos o julgamento próprio nas decisões mais importantes de nossa vida (o que é doloroso), mas por isso mesmo podemos nos apoiar no julgamento dos superiores e em sua responsabilidade, visto que "os superiores podem enganar-se, mas nós nunca nos enganamos obedecendo". Quanto ao voto de castidade, esperamos que a amizade e a delicadeza de afeição da vida fraterna compensem largamente a grande ferida que causa em nosso coração a aceitação generosa do celibato.

Concordemos novamente que êste modo de ver não é falso, pelo menos em sua intuição de base : assim como a Igreja para o batizado, a comunidade religiosa é para o religioso um ir além da pequenez e da pobreza

do seu dom, por mais total que seja. No entanto, êle aparece logo insuficiente a quem procura situar a instituição religiosa na plena luz do Evangelho. Pode até mesmo parecer oposto ao impulso profundo que define, não apenas o fato da profissão religiosa, porém, mais fundamentalmente, o da fé. O "sim" dito a Cristo, se é verdadeiro e absoluto (e é isto o que o religioso procura), é incondicional e se apóia, não numa recompensa imediata, mesmo parcial, mas numa promessa do Reino futuro. Não entramos numa comunidade para encontrar uma segurança material: entramos, ao contrário, para nos despojarmos, deixando o despojamento de Cristo passar em nós. E é na medida que sentimos existencialmente que tudo parece desmoronar sob nossos pés, que podemos realmente nos voltar para o Senhor e gritar-lhe com nossa carne e nosso espírito: Senhor, só vós contaís para mim, entrego-me só a vós, sois meu único tesouro.

### **A concepção "cumuladora"**

É nesta linha que podemos situar uma outra concepção deficiente da comunidade religiosa, a concepção "cumuladora". Parece difundir-se hoje em certos meios. A pessoa se dá a Deus, escolhe livremente o estilo de vida evangélica característica da profissão religiosa com seus votos, suas exigências próprias. Mas quer pouco a pouco recuperar, no interior dessa vida, também os elementos característicos de outras formas de existência cristã. Esquece que toda escolha, em qualquer domínio que seja, exige, se quer chegar a uma obra de qualidade, o abandono de certos valores positivos que correriam o perigo de desviar para êles uma parte das energias. Quando o jardineiro corta com a tesoura alguns botões a fim de permitir que aquêle que lhe parece mais promissor se desenvolva mais, escolhe entre valores positivos, renuncia a certas flôres e à sua beleza, mas consente nisso, porque procura uma certa qualidade floral. O exemplo não está inteiramente adequado, mas nos parece esclarecedor. Há na vida cristã do leigo, não religioso, valores evangélicos de primeiríssima importância, muitas vêzes tão belos quanto os que se podem encontrar na vida do religioso mais fiel. O engajamento apostólico de certos militantes tem uma dose de heroísmo cristão que deve nos envergonhar, a nós que estamos tantas vêzes enrolados no calor de nossas observâncias e de nossos conformismos. O amor ardente da criação e o labor nas estruturas do mundo, fazendo comungar no gesto criador do Pai, pertencem ao próprio coração da vocação batismal. Devemos olhar tudo isso com admiração e amor, curar-nos para sempre do farisaísmo um tanto maniqueu que nos levou tantas vêzes a desprezos que de cristão não têm nada. Entretanto, não é reintroduzindo no interior da vida religiosa as atitudes próprias ao leigo diretamente engajado nas estruturas temporais como espôso, militante ou testemunho, que conseguiremos dar novamente vigor à primeira. Chega-se então a uma solução ilegítima. Muitas vêzes cai-se mesmo numa forma odiosa de egoísmo: livres da preocupação de um lar, de criar e assegu-

rar um futuro material, de educar uma família, procuramos, no entanto, nos proporcionar todo o halo de alegria e de estilo de vida social da família, que vem equilibrar essas preocupações. A comunidade religiosa não pode procurar bancar a sociedade moderna, porque então vira o "Cenáculo de solteirões".

Ainda aqui, que nos compreendam bem. Nossas comunidades religiosas devem (e isto nos parece uma necessidade urgente, categórica, uma condição *sine qua non*, não apenas de sobrevivência, mas sobretudo de fidelidade a Cristo), converter-se ao hoje do desígnio de Deus, abrir-se com lucidez a todos os apelos do Espírito, que lhe são dirigidos de tôdas as partes, empreender com coragem e realismo uma autêntica reforma. Devem entrar realmente em nosso tempo. Mesmo se isso exigir delas uma alteração considerável de legislação, de atitudes e de mentalidade. Mas essa conversão não se opera de modo "cumulativo" que se limita a revestir de vida secular as estruturas religiosas, a "cumular" o que se chama de "o mérito dos votos" e as "vantagens da vida do mundo". O que é exigido, é muito mais radical: retomar a vida religiosa pela raiz, pegá-la no que tem de próprio e insubstituível, definir com nitidez sua função característica no seio de tôdas as formas eclesiais de vida e generosamente ver como isso pode se realizar no hoje da Igreja. Uma reforma feita no seio da vocação própria e por ela. Não uma reforma feita colocando duas vocações diferentes, uma sôbre a outra.

### A concepção "pragmática"

A última concepção insatisfatória é a concepção "pragmática". Geralmente é encontrada menos nos próprios institutos religiosos do que nos responsáveis pela pastoral eclesial: bispos, diretores diocesanos das obras, responsáveis pelos diversos organismos de ajuda missionária. A comunidade representa uma soma considerável de energias apostólicas que os votos de religião põem em estado de disponibilidade radical que, portanto, podem se deixar facilmente "utilizar". Retomando uma expressão que ouvimos freqüentemente nas sessões do Concílio, os religiosos devem estar prontos — em virtude de seu próprio ser de religiosos — a "responder às urgências". Quando, por exemplo, numa Igreja local o número de vocações sacerdotais baixa de modo alarmante, impõe-se aos religiosos clérigos que se ocupem de paróquias, ordenem-se até os irmãos religiosos-leigos. Ou então, pede-se à comunidade de irmãs que lecionam que fechem suas escolas para se consagrar às obras de evangelização mais direta.

Ainda aqui o julgamento a ser feito sôbre essa concepção deve ser matizado. É verdade que a comunidade religiosa está fundamentalmente a serviço da Igreja e que êsse serviço exige necessariamente o respeito das urgências. As pequenas comunidades não são pequenos círculos fechados no seio da grande comunidade eclesial, centros impenetráveis. São, ao contrário, da Igreja local, na Igreja local, pela Igreja local e para a Igreja local. O que implica que elas comunguem, não apenas teórica, mas

também prática e concretamente nas situações reais dessa Igreja e dos esforços dos responsáveis. Entretanto essa comunhão, para que seja frutuosa, para que dê realmente à Igreja a seiva evangélica em plenitude, deve realizar-se no respeito pelas diversas vocações e pelas diversas funções. Quem diz comunhão, diz não uniformidade mas complementariedade. O matiz nos parece capital. Por falta de percebê-lo, corremos o risco de nos aventurarmos em graves impasses. A comunidade religiosa não é uma coleção de apóstolos indiferenciados que se pode enviar à direita ou à esquerda, segundo as necessidades do momento. Se vive na fidelidade à sua profissão, está toda consagrada a um serviço eclesial bem específico, numa linha caracterizada pelo que chamamos de seu fim próprio. Vamos mesmo mais longe. O "serviço" que ela deve prestar à Igreja não é mais extenso, e, em seu traço essencial, de uma outra ordem que o de uma possibilidade de utilização? Em outras palavras, a comunidade é, antes de tudo e essencialmente, uma reserva de dinamismo apostólico, um organismo útil à ação eclesial, uma equipe de especialistas libertados de todo constrangimento e, portanto, em total disponibilidade para a difusão do Evangelho? A própria Igreja, da qual constitui uma célula viva, não é ela unicamente "serviço do Evangelho", se bem que esse serviço pertença ao seu ser? Não existe um estrato mais profundo, portanto mais essencial, sobre o qual esse serviço repousa e onde haure ao mesmo tempo sua força e dinamismo?

## II — A COMUNIDADE RELIGIOSA, SINAL E REVELAÇÃO DA COMUNHÃO ECLESIAL EM JESUS CRISTO

Estas diversas concepções da comunidade religiosa nos pareceram insuficientes e incompletas, incapazes de servir de suporte a uma renovação autêntica da vida religiosa. Por quê? Simplesmente porque se colocam muito superficialmente e, em lugar de procurar o ponto preciso em que a comunidade se situa no desígnio de Deus, procuram ver o que os homens desejam encontrar nela. O que é muito mau método e só pode conduzir a um beco sem saída. O princípio de toda a interrogação da Igreja sobre si mesma não pode ser outro senão este: Que sou eu diante de Deus, que é que o Pai exige de mim? O que quer que eu me torne para que os homens possam descobrir em mim a verdadeira face de seu amor?

### A comunidade é um "mistério"

Ora, nessa luz a comunidade religiosa se manifesta como um mistério no seio do mistério da Igreja de Deus. Compreendemos aqui por mistério, não o sentido corrente de coisas impenetráveis e destinadas a permanecer sempre obscuras. Empregamos, ao contrário, o vocabulário de São Paulo para quem o *mysterion* é o desígnio secreto do coração do Pai, exis-

tente nêle desde tãda eternidade e finalmente revelado ao mundo na morte e na ressurreiçãõ de Jesus (*Rom* 16,25-27; *I Cor* 2,7-16; *Ef* 1,3-14; 3,7-13; *Col* 1,25-28; 2,2-3). A Igreja já é, em seu ser profundo de comunhãõ de vida, de *koinonia*, a realizaçãõ d'êste *mysterion*: tendo passado a Páscoa de Jesus, os batizados passam "nêle, por êle, com êle, para a vida do Pai, tornam-se *filhos adotivos*", já portadores dos bens que o coraçãõ de Deus reserva aos que ama. A comunidade religiosa se situa aí como um sinal, "um sacramento" que revela primeiro à própria Igreja, e depois ao mundo, que o mistério já foi introduzido na história dos homens.

Se tomarmos a sério o pensamento de São Paulo e o de São João, descobrimos, com efeito, que a comunhãõ eclesial (a *koinonia*) não é uma realidade que devemos primeiro efetuar pela fôrça de nossas virtudes, antes de poder gozar dela por tãda a eternidade, na grande comunhãõ fraterna da Igreja triunfante. É uma realidade que já se efetuou no e pelo Cristo Senhor. Em páginas comovedoras São Paulo nos diz que, por sua Cruz, que leva à Ressurreiçãõ, Jesus recriou nêle a unidade quebrada pelo pecado; unidade dos homens com o Pai, unidade dos homens entre si "fazendo a paz, reconciliando os judeus e os gentios com Deus, ambos reunidos num só corpo, em sua pessoa, aniquilando a inimizade" (*Ef* 2,14-18).

Jesus ressuscitado, Senhor da Igreja, traz em si a fraternidade dos homens, sua comunhãõ (nas duas dimensões de comunhãõ com o Pai e de comunhãõ com os irmãõs). E o Espirito Santo que êle dá, tem precisamente como atividade essencial difundir pouco a pouco, espalhar na humanidade êsse mistério cuja fonte é Jesus e é só Jesus. Quando, pelo Batismo, entramos na Salvaçãõ, é nesta comunhãõ e nesta fraternidade que entramos: somos feitos filhos adotivos do Pai, tendo sido feitos "membros da Igreja", irmãõs de Jesus Cristo, irmãõs dos santos. A comunhãõ e a fraternidade que lhe delineiam a dimensãõ horizontal nos aparecem, pois, nessa luz teolãgica, essencial e fundamentalmente, como um dom, um presente do Pai, do qual Cristo Jesus é ao mesmo tempo o úniõ agente (em seu engajamento a serviço do desígnio do Pai), o úniõ lugar, o úniõ poder (no Espirito Santo que êle nos dá). Eis o sinal por excelência do amor de Deus por nós: introduzir-nos gratuitamente na fraternidade de Jesus Cristo, seu Filho úniõ. A Eucaristia dominical que nos reúne a todos na comunhãõ sacramental com o mesmo indivisível e indiviso corpo ressuscitado do Senhor, enraíza e explicita êsse "mistério".

Mas a Eucaristia não é apenas um rito passageiro, alguns minutos vividos juntos na participaçãõ de um mesmo culto. Como todo sacramento, deve passar para a vida, e seu efeito tende precisamente a atualizar-se no destino dos homens. É aqui que aparece, no seio da comunhãõ eclesial, a comunidade religiosa. Esta deve ser simplesmente a demonstraçãõ, a passagem, a manifestaçãõ, a epifania, mais perfeita possível do dom fundamental: em Jesus Cristo, e só nêle, Deus Pai já deu aos homens o presente fundamental e o úniõ necessário, a *koinonia*. Lançou no

mundo o germe da verdadeira fraternidade fundada na pertença ao Filho Unigênito do Pai. Esse germe está disperso aqui e ali no universo dos homens, seus efeitos estão muitas vezes encobertos pelo fato das múltiplas tarefas cotidianas que obrigam os cristãos a se separarem para ser fermento na massa. Só a assembléia dominical consegue significar-lhe mais intensamente a realidade. A comunidade se propõe, por um estilo de vida cristã especial, tornar mais viva e mais continuamente perceptível essa presença. Deve portanto ser sinal da comunidade eclesial, enquanto esta é dom do Pai feito no Senhor Jesus.

### **Os votos, sinais da comunhão**

Isto lhe impõe grandes exigências. Porque, por isso mesmo, a Igreja inteira está comprometida. No centro dessas exigências estão os votos de religião. Antes de ser privação, holocausto, antes mesmo de ser meios para realizar maior fidelidade evangélica, são testemunhos e sinais. Expressam, explicitam numa vida e numa carne humana o fato de que a "comunhão de fraternidade" da qual a comunidade procura tornar-se uma célula viva não vem fundamentalmente senão de Deus, em Jesus Cristo. Porque, pela castidade livre e alegremente assumida, a comunidade inteira proclama que o amor que a une não passa através de apelos da carne (que no entanto são bons, se atravessados pela Graça), mas vem da ação do Espírito que grava em cada um os traços de Cristo. Aliás, não escolhemos nossos irmãos religiosos: o próprio Deus no-los dá e, se procuramos amá-los cada dia mais intensamente, não é porque humanamente nos agradam, mas porque Deus Pai fez deles nossos irmãos dando-lhes também a graça da comunhão. Se fôssemos nós que escolhêssemos nossos irmãos, nossas comunidades se esvaziariam depressa.

Por conseguinte, nosso amor fraterno só tem como fonte e como seu lugar o dom do Pai em Jesus Cristo. Meu irmão não é aquele que eu escolhi para amar, mas o que o Pai me dá para amar. Daí o sentido teológico de nossa castidade, seu valor essencial de sinal de origem última de todo amor cristão. O mesmo se dá com o voto de pobreza. Recusar toda posse pessoal, mesmo bens normalmente necessários à subsistência, limitar-se comunitariamente ao estilo de vida mais modesto e simples, quer dizer significar publicamente que esse dom da comunhão e da fraternidade que o Pai nos fez em Cristo e por Cristo basta para apaziguar nosso desejo de posse, que ele é o único necessário, no sentido mais absoluto do termo. Aliás, é nessa fraternidade determinada que, pelo fato de pôr em comum os recursos e frutos do trabalho, cada um tem o necessário para suas necessidades mais essenciais. Mais importante é talvez, neste plano, o valor da obediência. Quando cessaremos de ver nela apenas um voluntarismo austero e insensível? Pelo voto de obediência o religioso se compromete publicamente a só orientar concretamente a vida, os talentos próprios, as opções apostólicas, numa palavra, "seu serviço do desígnio de Deus", através da mediação da vontade de um outro irmão, a do superior.

Sem, de modo algum, renunciar por isso ao seu julgamento pessoal, êle quer ler a vontade do Pai na vontade de um irmão. A fraternidade chega até a isto : de certo modo, dando a comunidade aos cristãos, Deus se dá a si mesmo, um pouco como, dando seu Filho, dá-se também a si mesmo.

Vemos como, nessa perspectiva que transcende a famosa distinção (sujeita a caução) entre conselhos e preceitos, os votos aparecem como um esforço generoso (e rude, nós o sabemos por experiência !) para fazer aparecer com claridade na superfície da Igreja os traços que estão gravados nela, na profundidade de seu ser de comunhão. Não vêm se ajuntar de fora ao mistério eclesial, nem instaurar no seio de tãda a fraternidade cristã "cenáculos de iniciação" que pretendem transcender a condição comum. O que fazem é muito mais evangélico : querem que no seio dela mesma, portanto em plena e total homogeneidade com sua natureza, a Igreja possa exprimir-se com mais nitidez nas características essenciais que definem seu mistério. Em outras palavras, representam o esforço da Igreja para levar até os limites mais extremos as implicações do fato essencial de que ela é o dom de comunhão (filiação adotiva e fraternidade) que Deus fêz aos homens, e que êsse dom basta, que é mesmo o único necessário.

### A paz, epifania da salvação

Mas a comunidade não é apenas caracterizada por seus votos. Êstes se ordenam, como dissemos, a um certo estilo de vida evangélico. Mesmo êsse estilo deve ser sinal. É preciso que a vida da comunidade procure exprimir seu modo mais agudo, como em relêvo, os traços da vida eclesial : com efeito, a Igreja não é apenas comunhão ontològicamente unida em Cristo, é também vida de comunhão haurida na Páscoa de Cristo. Ora, entre suas características como vida da Igreja, uma sobretudo me parece que deve ser posta à luz e devemos lamentar que a teologia a tenha tão pouco perscrutado por ela mesmo. Trata-se da paz.

Quando lemos São Paulo e São João, ficamos impressionados com a importância que dão a esta paz de Cristo que é mesmo, para São João, o último voto do Senhor aos discípulos (*Jo* 14,24). Segundo o velho costume judeu, ao qual êle dá um nôvo conteúdo, Paulo vê na paz enfim instaurada entre os homens o mais belo fruto da Cruz : "É êle a nossa paz, êle que fêz de dois povos (judeus e gentios) um só, destruindo o muro de inimizade que os separava, abolindo na própria carne o ódio... para fazer em si mesmo, dos dois povos, uma única humanidade nova pelo restabelecimento da paz e reconciliá-los ambos com Deus, reunidos num só corpo pela virtude da Cruz, aniquilando em sua carne a inimizade. Veio para anunciar a paz a vós que estáveis longe, e a paz também aos que estavam perto; porquanto é por êle que ambos temos acesso junto ao Pai num mesmo Espírito" (*Ef* 2,14-18). Se Cristo Jesus é assim a Paz de Deus, e se a comunhão dos homens só se opera por e em Cristo, devermos

concluir que essa comunhão só se realiza na paz. Portanto, quando Deus dá aos homens a fraternidade, dá-lhes pelo mesmo fato a paz, "não a do mundo" (Jo 14,27), mas a que tem como única fonte e lugar a Jesus Cristo.

Por conseguinte, a comunidade religiosa, para ser um "sinal da Igreja", deve trazer em si de modo eminente essa paz. E essa exigência vai dar uma nova cõr à busca evangélica que anima cada um de seus membros. A guerra, com efeito, opõe-se à paz. Ela se enraíza no ódio, efeito do egoísmo original e, portanto, do pecado. Sem Cristo, diz São Paulo, não existe paz possível. Só êle exterminou o ódio e destruiu o egoísmo. Mas, de outro lado, sem a paz não existe fraternidade possível. O esforço de perfeição pelo qual o religioso procura penosamente vencer em si o pecado, extirpar de seu coração o egoísmo é pois, não somente uma atitude que diz respeito a seu próprio destino espiritual, mas também a um engajamento positivo destinado a fazer resplandecer mais na Igreja e no mundo a paz de Cristo. Quanto mais perfeitos formos, isto é, tivermos passado para Cristo, mais olharemos nossos irmãos com o mesmo olhar de Cristo. Por isso, mais os consideraremos como verdadeiros irmãos. Como consequência, mais a paz que vem de Cristo, e vem só d'êle, se difundirá.

É por isso que tôda tentativa de reforma é de conversão das formas atuais da vida religiosa só pode ser autêntica se se realiza num clima de paz. Primeiramente, no imediato da busca e da tomada de consciência dos problemas. Não se trata, para cada geração ou cada escola espiritual, de se apegar à sua posição ou de querer fazê-la triunfar a todo preço. Trata-se de olhar juntos o ideal comum e de nunca se esquecer que a fraternidade, como tal, com a paz que dela se irradia, está no próprio centro da vida religiosa, portanto, que nunca podemos consentir em pô-la em perigo. Uma reforma que estraçalha a comunidade, que cria tensões que dificilmente se reabsorvem, é inútil, mesmo se se propõe resolver uma situação incômoda já existente. Seria preciso que a renovação (profunda, é preciso que o seja) das comunidades religiosas seja no hoje da Igreja o paradigma da reforma da Igreja inteira, e isto, antes de tudo, pelo clima de irenismo e de paz: não somos nós os que fazem oficialmente profissão de procurar a perfeição eclesial, por conseguinte de demonstrá-la por nossos comportamentos?

Mas a paz de Cristo deve ser também considerada como o próprio fim de reconversão da vida religiosa. Com efeito, quando refletimos nas causas profundas do mal-estar que existe atualmente um pouco em tôda parte nas comunidades, percebemos logo que na raiz de tudo há a falta de paz interior de muitos religiosos. Êles querem servir o desígnio de Deus generosamente, mas as formas atuais são muitas vêzes inadaptadas à qualidade de serviço que o tempo atual exige: não estamos mais na época em que viviam os fundadores e fundadoras, os acentos se deslocaram, o equilíbrio cristão voltou a centralizar-se na Palavra de Deus e na Eucaristia, redescobriu-se o sentido do diálogo. Daí as inquietações muitas vêzes dolorosas onde se sente a vontade de só mudar alguma coisa a con-

tragôsto, sem a amplidão de espírito evangélico que brota de todos os lados da Igreja. Recusar a fazer todo o possível para restituir às nossas comunidades êsse clima de paz é pecar contra a Igreja. Mais gravemente ainda é pecar contra o Pai que quer fazer da comunidade o sinal de seu dom de amor e de paz em Cristo Jesus. Mas servir-se do tema da paz para camuflar a recusa a tôda mudança ou a encarar de frente os problemas é uma falta mais odiosa ainda. A paz de Cristo nunca corresponde a uma demissão. Também não se confunde com a satisfação beata de quem acha que sempre tudo vai bem. É, ao contrário, perpétua exigência de fidelidade ao desejo do Pai no hoje de seu desígnio. Criar a paz não significa embalar os irmãos e adormecê-los na inércia da mediocridade. Mas significa permitir-lhes a comunhão mais total possível com Cristo, única paz verdadeira dada aos homens.

### O testemunho do realismo da graça

Para terminar, gostaríamos de assinalar um ponto que nos parece importante e que precisaria ser tratado por si mesmo. A comunidade religiosa deve ser o sinal da misericórdia do Pai. Onde a tensão para a perfeição é mais intensa, deve com efeito aparecer mais a desproporção abissal entre os esforços do homem e os resultados obtidos. Ninguém deveria fazer mais do que o religioso a experiência de sua pobreza radical! Quando Deus dá a fraternidade, dá-a em Cristo Salvador. É pois uma fraternidade de salvos. A comunidade religiosa, em seu esforço par pôr em relêvo os traços essenciais da Igreja, não pode negligenciar essa característica fundamental que define a própria obra de Cristo no que tem de mais desconcertante para a fé (*Jo* 3,16-17; *Rom* 8,31-37). Somos pobres pecadores. Mas na comunidade que formamos, pela graça de Deus, existe a caridade, existe a paz, existe o perdão, existe a alegria. Por quê? Únicamente por causa da presença de Cristo na base de nossa fraternidade. Sem Cristo, não poderíamos continuar a considerar determinado irmão como um verdadeiro irmão e faríamos rapidamente dêle um inimigo: em vez de alimentar o amor, o contato cotidiano se transformaria em exacerbação e ódio. Sem êle, igualmente, a perpétua constatação da diferença que existe entre o ideal que a comunidade inteira proclama e o que de fato realiza chegaria depressa a um certo desespero, a uma perda de confiança no valor da instituição religiosa como tal. Mais ainda, sem sua presença eficaz, não compreenderíamos mais, nos momentos de crise, seja pessoal, seja comunitária, o porquê de tudo o que a fidelidade à vocação exige de nós constantemente. A comunidade deve, pois, mostrar ao mesmo tempo a fôrça da trama sôbre a qual a comunidade constrói sua fraternidade e a fraqueza das fibras que concretamente dão a essa fraternidade sua verdadeira fisionomia, ao mesmo tempo a fôrça de Deus em Jesus Cristo e a fraqueza do homem. É aí, então, que ela proclama existencial e concretamente o mistério da graça, dom de Deus que flo-

resce na pobreza do homem. Porque, segundo a forte expressão de São Paulo, “a graça de Deus basta, porque sua força se revela na fraqueza” (II Cor 12,9).

No fundo (mas que terrível exigência!) é preciso que o clima de afeição fraterna da comunidade manifeste que, nela, é o próprio Jesus Cristo que ama, através dos pobres limites e das perpétuas traições dos corações que sua força procura invadir. Nêle o Pai deu a fraternidade, gravou-a no mais profundo do destino dêstes homens e destas mulheres reunidos para viver a perfeição do Evangelho. Aí está como um dado fundamental e primário: cabe a êles entrar aos poucos no seu âmago, atualizá-la, apesar de seus pecados e mediocridades, no cotidiano da existência. Mas é preciso que isso seja perceptível, que se sinta a palpitação dêsse encontro entre a força misericordiosa e a miséria do homem. Aqui aparece o valor significativo, insubstituível da oração de petição, oração de pobreza, grito de angústia lançado para o Pai pelos que têm consciência de sua pequenez original. É grave que em certos meios, por causa de uma compreensão inadequada da oração litúrgica e mesmo da Eucaristia, se ponha de lado a importância cristã da oração de petição. Uma Igreja que não se voltasse continuamente para o Pai a fim de implorar-lhe seria uma Igreja que não testemunharia mais o realismo da graça. E uma comunidade que não sentisse mais a necessidade (uma verdadeira necessidade, não a necessidade fictícia, nem o simples desejo de obedecer a um formulário imposto pelas Constituições) de gritar ao Pai “Vem em nossa ajuda!” não seria mais realmente sinal da fraternidade dada em Cristo, fraternidade de graça que desabrocha na pobreza do homem. A ação de graças toma, então, todo seu sentido cristão que provém de seu enraizamento na experiência concreta de uma salvação realmente sentida e vivida: é a tradução do assombro da comunidade diante do transbordamento de amor do Pai que não cessa de “colaborar em tudo para o bem daqueles que chamou segundo seus desígnios” (Rom 8,28) e que, pelo Espírito Santo, “vem em auxílio de sua fraqueza” (8,26). Como se vê, a própria oração é sinal, “sacramento”, epifania e glória da fraternidade evangélica que deve ser como que posta em destaque pela comunidade no seio da Igreja inteira.

\*  
\*   \*  
\*

Por conseguinte, a comunidade é um mistério. Um mistério de Cristo. Isso, no centro da Igreja-mistério. Portanto, não é primeiramente uma realidade jurídica, e sua vida, antes de se prender a legislações de ordem moral, mergulha no mais profundo do fato-Jesus. É essa, nos parece, a concepção que deve estar no centro do movimento de conversão de que tantas vezes falamos neste estudo e que o hoje da salvação exige de maneira imperiosa. Não se trata apenas de reparar superficialmente

velhas legislações, nem mesmo de substituir uma legislação por outra. Trata-se, antes de tudo, de permitir ao instituto religioso realizar em plenitude seu ser de mistério. Para a glória do Pai, para a epifania do Evangelho, portanto, para a salvação do mundo.

## CURSOS POR CORRESPONDÊNCIA

*São Francisco, sempre atual e sempre renovado, surge de novo em nosso meio para anunciar a boa-nova do Evangelho. Renovar o mundo, cristianizar o mundo, não um mundo aéreo, mas o mundo concreto, onde vivemos todos os dias. O mundo do nosso lar, da técnica, da Bíblia, da psicologia, da ioga. Um mundo que todos sentimos passar por uma crise, uma crise salutar talvez. O que pensar logo, por exemplo, da doutrina bíblica, do noivado, do cristão no mundo moderno? As dúvidas e incertezas têm muitas vezes por origem a falta de informação clara e precisa. Renovar esse mundo e, na medida do possível, prestar essa informação, tal é a finalidade do INFORMAC — Instituto Franciscano de Formação e Cultura — dirigido por Franciscanos religiosos e leigos.*

*A abrir seu plano de atividades, o INFORMAC introduz o cursista num programa de formação catequético-litúrgica, com base numa iniciação ao Antigo Testamento. Ele se destina a religiosos, professôres, pais e responsáveis pela educação. Não pretendendo fazer especialistas em assuntos bíblicos, é contudo um curso que ajudará o inscrito a introduzir-se numa História de que ele mesmo é comparsa. Não é tanto conhecimentos isolados que o mesmo curso vai ministrar: se existiu ou não Adão, se se deu na realidade tal ou tal milagre... Nem a base sólida de uma formação bíblica está aí. O roteiro e objetivo é outro: reler a história de Abraão e descobri-lo como pai de nossa fé; ver o Egito como ponto de partida para uma terra de promessa; ver a relação entre o Rei Davi e o novo Rei, Cristo Jesus — entre o templo antigo e o novo templo, a Igreja — entre o povo escolhido e o novo povo de Deus, os cristãos. Dessa constatação, melhor ressaltará a estreita relação entre o Antigo e o Novo Testamento: há uma só História da Salvação, que começa no Antigo Testamento e que continua até os dias de hoje. Problemas atualíssimos, como a criação e o pecado, serão estudados na perspectiva dessa História.*

*Devemos repensar muitas coisas. E este repensar deve ser feito por todos nós. Para tanto quer também o INFORMAC prestar sua ajuda. Na contracapa deste número da Revista da CRB o leitor interessado poderá ver os cursos que o novo Instituto lhe oferece.*

# Educação

## Departamento de Educação

PROFESSOR IRMÃO DEOLINDO CAETANO VALIATI  
*Diretor do Departamento de Educação*

Até o dia um de fevereiro do corrente ano teve, o Departamento de Educação da Conferência dos Religiosos do Brasil, uma existência apenas estatutária. Em boa hora conciliar resolveu, porém, a Diretoria da mesma Conferência, dinamizar seus diversos departamentos de formação. Julgou que a promoção, por todos os meios a seu alcance, do mais elevado nível, de preparação profissional e apostólica dos religiosos que no Brasil exercem seu ministério no âmbito da educação, zelando pela sua atualização permanente, devia ser uma de suas obrigações principais. Criou então o Departamento de Educação (DE) que, como eco fiel do Vaticano II e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, deverá transmitir as orientações da Igreja na pastoral educacional.

O nôvo Departamento tem objetivos de ordem interna e externa :

### **Objetivos internos**

— Refletir, assessorado por uma "Comunidade de Reflexão", sôbre os problemas que a educação cristã apresenta no momento, sôbre a missão dos educadores cristãos nos dias de hoje e sôbre a maneira de melhor prepará-los e capacitá-los para as mudanças progressivas da sociedade moderna.

— Tomar parte em cursos, congressos, conferências, com o fim de manter o DE sempre informado, atualizado e dinâmico : "O regime de viagens, estudo, reflexão e trabalho constitui a ascese do dirigente cristão de hoje" (Paulo VI).

— Organizar o DE como um centro de informações e de convergência de interêsses educacionais.

— Montar uma biblioteca especializada com livros, revistas e documentário à disposição dos associados.

— Escrever artigos, lançar idéias, dar sugestões, através das páginas desta Revista, visando a rápida aplicação da doutrina conciliar sobre a educação.

### Objetivos externos

— Estimular as seções regionais para que também elas criem seu DE.

— Garantir a presença da CRB em todos os organismos que promovem a educação, a fim de colaborar nos planejamentos educacionais.

— Coordenar as atividades dos religiosos educadores, articulando-as com os demais organismos educativos, no País e no estrangeiro.

— Cultivar a atitude que a *Gravissimum Educationis* considera como qualidade essencial do professor — “prontidão contínua de renovar-se e adaptar-se” (5,2) — e estimular o investimento humano de preferência ao investimento em obras, entretendo a chama da qualificação profissional, pela obtenção dos títulos, amor à investigação em matéria pedagógica, revisão dos métodos de trabalho e dos princípios educativos.

— Promover a dignidade da vocação docente, hoje com prestígio decrescente no conceito da mocidade.

— Dar assistência às congregações em seus esforços de aperfeiçoamento e de preparação de homens “ricos” e apóstolos, proporcionando-lhes possibilidades de formação e promoção de seus membros mediante bolsas de especialização.

— Proporcionar encontros fraternos entre religiosos educadores e organizar cursos de atualização com vista à promoção do magistério.

— Informar sobre movimentos educacionais e pedagógicos no país e no estrangeiro para fugir do isolacionismo, operando maior integração.

— Difundir os documentos de atualidade e divulgar experiências feitas, proporcionando idéias e sugestões à renovação permanente.

— Orientar quanto às áreas educativas prioritárias e setores de urgência, conforme recomendação da Igreja e agir sobre as mentalidades, no sentido de levá-las às aberturas pedidas pelo Concílio, visando a integração no Plano Pastoral de Conjunto.

— Procurar meios adequados para a penetração pastoral nas escolas públicas e visar à diversificação das forças da Igreja nos diferentes campos da educação brasileira.

— Colaborar com todos os educadores leigos, integrando-os no ministério apostólico, auxiliando-os na sua vocação de mestres, como forças de apostolado e de testemunho cristão.

### Colaboração

O Departamento de Educação é pois um serviço à disposição dos religiosos educadores, dos quais espera o estímulo de suas sugestões e a

colaboração variada e inteligente para que melhor e mais integralmente alcance sua finalidade e os objetivos que se propôs.

---

Damos a seguir início a uma série de artigos com a finalidade de promover a atualização e a renovação educativa pedida pelo Vaticano II.

## **NOVAS E AMPLAS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ**

O Concílio não pode converter-se em letra morta sôbre a qual os teólogos passam a discutir. Em tôda a parte, hoje, quer se trate de nações desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, reconhece-se claramente a importância da educação para a formação à vida social, especialmente para iniciar os jovens para a vida e a sociedade humana. Os chefes de Estado não reconhecem nenhum valor superior ao da educação dos cidadãos. Sem ela nenhum país pode continuar a se desenvolver e exercer seu papel nacional e internacional segundo as exigências dos tempos atuais. O gigantesco esforço de renovação educativa, provocado em grande parte pelo Vaticano II, é atestado pelos numerosos congressos e conferências nacionais e internacionais, ùltimamente realizados, como pela criação de organismos, secretariados, assistências, uniões, instituições e fundações, que zelam pelo desenvolvimento humano e investimento educacional.

Seria muito estranho se as congregações votadas ao apostolado da educação, em nosso País, não entrassem decididamente nesta corrente de atualização e dinamização, com todo o potencial e riqueza de que são possuidoras, para influir no progresso social de nosso tempo. Para realizar a sua missão, a Igreja quer valer-se de todos os meios aptos, sobretudo do instrumento que reconhece ser de importância particular, isto é, as escolas ou centros de educação, nas quais os mestres cristãos devem promover a renovação da Igreja, manter e aumentar sua presença benéfica e salutar no mundo moderno, sobretudo intelectual.

Confiamos ao estudo e à reflexão dos educadores católicos algumas inquietações que nos trazem a família, a sociedade e a Igreja, com o fim de levá-los a buscar soluções e a tomar decisões corajosas, ainda que isso importe na revisão de métodos de apostolado, a fim de corresponder às exigências que lhes são impostas pela justiça.

— É necessário ter a coragem de abandonar as obras tradicionais que hoje têm menos importância e urgência ou que não constituem mais sinal.

— É evidente que as congregações docentes estão a serviço de todos os alunos. Os mais pobres entretanto devem ter suas preferências.

— Devemos saber que a justiça social não se satisfaz com esmolas, mas requer para todos o desenvolvimento de suas potencialidades, a promoção de sua dignidade, visando a restauração da pessoa humana e a plena realização da mesma.

— Na prática, não chegamos a sacrificar as pessoas para o prestígio das obras ? Não é chegada a hora de as obras serem sacrificadas às pessoas no que isso importe em tempo e investimentos indispensáveis ?

— Não seria de lamentar se ainda continuassem a ocupar altos cargos, homens que não entenderam a importância do problema humano e social ?

— Será sem dúvida necessário estimular e sustentar a atual rede escolar católica, mas, por outro lado, é também necessário e indispensável que levemos a mensagem evangélica à grande população escolar que não recebe adequada formação religiosa, ou que vive completamente afastada da fé.

— Tõda a nossa ação social e educativa deve ser precedida de um testemunho de vida dura e virilmente austera, como a de Cristo pobre.

— O caráter econõmicamente exclusivista de certos colégios católicos nos obriga a pensar que os mesmos devem mudar radicalmente ou então desaparecer, por serem contratestemunhos.

— Devemos perguntar-nos se as classes mais acomodadas não recebem em nossos colégios a confirmação para os seus preconceitos de classe, contrários à democratização do ensino.

— As escolas católicas devem distinguir-se não tanto pelo seu número ou volume, senão mais pela doutrina, pela qualidade de instrução e pelo serviço prestado ao Povo de Deus.

— Devemos examinar se não existe hoje uma dicotomia entre nossas obras e a sociedade que servem e, nesse caso, procurar maior abertura e maior inserção na comunidade local com o objetivo de preparar-lhe os homens capazes de acioná-la.

— A educação hoje se prolonga por tõda a vida. Daí o problema da educação permanente de adultos, de importância vital, tanto nos países desenvolvidos, como naqueles em via de desenvolvimento. Devemos dar à educação extra-escolar de adultos um lugar predominante em nossas preocupações, tanto para desenvolver o ensino, depois da escolaridade, durante o desenrolar da vida adulta tõda, como para estabelecer e alertar as comunidades elementares.

— Para haver maior integração nas exigências do Plano Pastoral de Conjunto, não se deveria pensar numa melhor distribuição do pessoal religioso docente, evitando, além disso, a duplicação desnecessária de colégios numa mesma área ?

— Deve existir complementaridade harmônica entre os diversos colégios, numa mesma região, e entre as direções e os órgãos encarregados da promoção educacional. A preocupação de salvaguardar a escola católica não deve levar-nos ao desconhecimento do inevitável movimento de integração nacional do ensino. A escola católica deverá orientar-se, mais que no passado, no sentido de serviço à nação.

— Embora não seja a primeira obrigação do colégio católico o despertar vocações eclesiásticas, devemos saber que estas brotam espontaneamente dos ambientes onde se cultiva profundamente a vocação batismal e apostólica.

— É preciso aumentar nossa atenção pastoral à juventude das escolas e universidades do Estado e nosso apoio apostólico aos mestres católicos, que ensinam em estabelecimentos públicos, coisa esta sumamente descuidada hoje em dia.

— Devemos refletir na classe de homens que devemos formar para a civilização moderna e suas responsabilidades sociais, adaptando o apostolado da educação às condições dos homens, dos lugares e dos tempos.

### NOVAS FUNDAÇÕES

**Arroio Grande de Santa Maria, RS** — A meia hora de Santa Maria, oferece-se a congregação religiosa um Colégio com os cursos ginásial e primário para 150 alunos. Salas de aulas num prédio; residência das irmãs em outro, com capacidade para umas vinte juvenistas, além da comunidade. Terreno grande e cultivado.

Tratar com :

*Madre Provincial das*

*Religiosas da Companhia de Santa Teresa de Jesus*

*Av. João Pessoa, 553*

**PÓRTO ALEGRE — RS**

**Carangola, MG** — Orfanato, com 28 crianças de 5 a 16 anos — em casa própria e bom terreno, mantido pelos fazendeiros da redondeza e por verbas da Federação e do Estado — doa-se a congregação religiosa.

Maiores esclarecimentos com :

*Diretoria do*

*Instituto São José*

**CARANGOLA — Minas Gerais**

**Santo Antônio de Posse, SP** — Pertencente à diocese de Campinas, a paróquia de Santo Antônio de Posse procura congregação religiosa que possa encarregar-se de atividades hospitalares e paroquiais, para o que já existe o prédio da Santa Casa. Também irmãs que se dediquem só ao apostolado paroquial serão bem-vindas.

Comunicar-se com :

*Pe. Pedro Tomazini*

*Praça Cel. David Batista*

**SANTO ANTÔNIO DE POSSE — São Paulo**

# Consultas

## FÉRIAS DE RELIGIOSOS E RELIGIOSAS: QUESTÃO ECONÔMICA?

— *É justo — canônica e socialmente — condicionar as férias dos religiosos e religiosas em suas próprias famílias ao pagamento de tôdas as despesas por parte dos familiares?*

— *Pode-se insinuar que o custeio dessas viagens é pêso exagerado para a comunidade à qual o religioso ou religiosa dedica anos de trabalho?*

Como se depreende da questão, ela se apresenta nitidamente bipartida. Trata-se de duas questões concatenadas entre si e que merecem respostas distintas, bem que intimamente relacionadas. Além disso, faz-se mister em qualquer questão jurídica, e muito mais sociológica, distinguir princípios ou generalizações (quando é possível fazê-las em sociologia) das aplicações ou casos concretos, para os quais é preciso estudo singular, levando em conta todos os ângulos da realidade.

1. Para a primeira questão, pois, que é posta em linha de princípio ou de generalização, é óbvio dever-se responder até com certa veemência que “condicionar as férias dos religiosos e religiosas em suas próprias famílias ao pagamento de tôdas as despesas por parte dos familiares” não só é injusto mas é gritante e revolta. É um insulto à vida comum, e portanto bem diretamente à essência da vida religiosa, que antes de tudo é cristianismo, é caridade. É ainda por isso mesmo uma das mais perniciosas violações da pobreza (já que a pobreza se pratica essencialmente mediante a vida comum no tocante ao uso dos bens: mesmo teto, mesmo modo de vestir, mesmo alimento etc.), pois promove a formação de castas de religiosos, mesmo quando não houvesse oficialmente a distinção de classes de religiosos, para as quais, no número 15 da *Perfectae Caritatis*, já foi proferida a sentença de morte. Nem é preciso ter muita fantasia para se preverem tantos abusos que se originariam do empenho a que se daria o religioso, com detrimento da mesma vida religiosa, a fim de conseguir meios para tais férias.

É preciso, aliás, lembrar que os religiosos precisam de férias, têm direito a férias. É claro que deverão ser férias de religiosos, e não pois de seculares, e muito menos de mundanos. Mas para as férias a que têm direito — não interessa onde (logo, também em suas famílias) — os meios para tanto lhes deverão advir integralmente da comunidade, a qual não

poderá absolutamente fazer diferença entre um religioso cuja família quisesse amortizar a despesa e outro em situação oposta.

2. Não podemos ter uma atitude tão radical nem podemos usar a mesma veemência ao responder à segunda questão, pois, evidentemente, ela não se apresenta em linha de princípio mas em linha de fatos concretos.

É verdade que, sobretudo depois do Vaticano II, *servatis servandis*, uma visita à própria família por parte do religioso é coisa muito natural. Pelo que é também natural que a comunidade lhe dê para isso os meios necessários. Mas daí não se infere que isso nunca possa redundar em verdadeiro pêso para uma comunidade, sobretudo quando as distâncias se alongam de modo excessivo e os meios de transporte custam o que custam, e quando a comunidade ou província em questão, em virtude da sua situação econômica concreta, não pode realmente arcar com certas despesas.

Creemos então que, no que tange à questão proposta, deve haver da parte dos superiores responsáveis certa largueza e, por parte dos súditos, a devida compreensão da realidade concreta. Assim, se chegará certamente àquele entendimento ideal para tais casos.

P.J.C.

---

## PASTORAL DOMICILIAR

Numa cidade do Sul onde, três anos atrás, dos seus trinta mil habitantes só três mil iam à igreja, perguntou-se um sacerdote o que poderia fazer. Primeiro, êle se lançou à pregação de uma primeira missão: a Missão de Recuperação dos Bairros. Quarenta leigos, generosos e para tanto preparados, foram enviados em visita, casa por casa, rua por rua, bairro por bairro, a seus irmãos de paróquia. Tôdas as noites, batiam à porta das famílias mais arredias, e aí se rezava o têrço e se falava de forma a conscientizar a vida religiosa de ricos e pobres, de letrados e ignorantes, de todos a quem a história da salvação abre suas páginas. Foram dois meses de labor apostólico, em mãos sobretudo de leigos. Mais de quinhentas primeiras comunhões, especialmente de homens, se sucederam.

Precedida da necessária preparação, veio depois a Missão dos Padres Capuchinhos. Nova e mais completa catequização. Clima mais simpático à pregação das verdades eternas. Mais compreensão e vivência do cristianismo. Um exemplo: no último dia de Natal, nessa cidade que é São Borja, dois sacerdotes distribuíram a sagrada comunhão durante quarenta minutos. Graças sobretudo ao apostolado em família, à colaboração dos leigos que souberam sensibilizar a opinião pública. Graças ao Espírito que anima os apóstolos do reino de Deus: "Não vim chamar os justos, mas os pecadores" (Mt 9,13).

# Note e Anote

## **POR UMA NOVA IMAGEM DA CRB : PRIMEIRO ENCONTRO DOS RESPONSÁVEIS DAS SEÇÕES REGIONAIS**

Em atendimento ao artigo 20 do Estatuto da CRB, que prevê a reunião anual dos presidentes das seções regionais, a Diretoria Nacional e os membros da Comissão Executiva acertaram em trazer para o encontro deste ano também os secretários das mesmas seções. É o primeiro no gênero. Dez regionais se fizeram representar : Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Pôrto Alegre. (As omissas não estão ainda funcionando). O encontro se deu no auditório da sede central da Conferência (Av. Rio Branco, 123, 10.º andar, Rio), de 12 a 15 de abril — quatro dias de intenso labor.

Presidindo a várias sessões, esteve presente no desenrolar de todos os trabalhos o Presidente da Diretoria Nacional da CRB, Revmo. Padre Antônio Aquino, S. J. Foram convidados especiais S. Ex.<sup>a</sup> Revm.<sup>a</sup> Dom José Gonçalves, Secretário da CNBB, e o Revmo. Padre Raimundo Caramuru, também da CNBB.

### **Apresentações**

A abrir a sessão inaugural, depois de uma palavra de boas-vindas e saudação aos padres, irmãos e irmãs que ali representavam a Conferência espalhada pelas várias regiões do País, o Padre Aquino fez a apresentação oficial do novo Secretário-Executivo da CRB-Nacional, Revmo. Irmão Cristóvão Tarcísio Della Senta. O apresentado dirigiu, então, aos presentes, breves palavras procurando salientar que compreendia o alcance de sua responsabilidade mas que contava com a ajuda e colaboração de sua equipe mais próxima, o executivo, como também de todos os que compõem presentemente as regionais, e prometendo permanecer sempre numa atitude de serviço para atender aos interesses da Igreja e dos religiosos do Brasil

Seguiu-se, por fim, a apresentação dos membros da Comissão Executiva bem como do Gerente, Sr. Oscar Hue de Carvalho, e de cada um dos seus auxiliares que estão com cargo de chefia, depois do que se retiraram do auditório, dando então, os religiosos, início a seus trabalhos.

### **Primeiro dia : Revisão**

Depois de o Irmão Cristóvão ter exposto o esquema e processo dos trabalhos a serem desenvolvidos neste encontro, falou o Padre Filippelli para

fazer um histórico da Conferência, desde sua fundação em 1954 até o final de 1966, mostrando o quanto ela progrediu, sem deixar de acusar, numa revisão sincera, o crescimento unilateral enquanto desenvolveu demasiado o lado material e descuro no atrofiamento o lado de promoção e pastoral. Numa tomada de consciência, envida agora, a CRB, todos os esforços para modificar sua imagem e esquematizar suas atividades em novo organograma saindo do ultrapassado dualismo: "serviços" de um lado, departamentos de outro. Enquadrando dentro do novo esquema, na ordem de departamentos os até há pouco chamados "serviços" — com o nome e função de Departamento Econômico — ficou assim clara a nova imagem da Conferência dos Religiosos do Brasil: uma organização a serviço da Igreja, onde o lado material é instrumento da Conferência e não a própria Conferência. Organiza, assim, a CRB, seus vários departamentos para atender efetivamente ao religioso em si, sua formação, sua renovação, e às atividades que ele exerce no campo educacional, assistencial, hospitalar, onde quer que o serviço da Igreja no Brasil o tenha colocado.

Cada regional fez também a apresentação do relatório de suas atividades e dos departamentos nela existentes.

Destarte, ao fim deste primeiro dia, ficou-se com uma visão global da Conferência em todo o Brasil. E cada um dos participantes sentia-se mais relacionado e estimulado diante do campo de ação da CRB, tendo em conta sobretudo os problemas mais críticos e urgentes que se delineiam no panorama nacional.

### **Segundo dia : Reflexão sobre a atualização da vida religiosa**

Os responsáveis pelos vários departamentos fizeram apresentação de seus planos revendo a estrutura e a articulação dos mesmos com as várias regionais.

Frei Lucas Moreira Neves, O.P., expôs a organização do recém-fundado Departamento de Promoção da Vida Religiosa, de que ele é Diretor. Compõe-se de três setores distintos: 1) Vocações, que estudará os meios de promover a pastoral vocacional, baseando seus critérios na teologia renovada da vida religiosa; 2) Promoção da Vida Religiosa, que atenderá de modo especial aos formadores de religiosos com cursos permanentes para mestres e mestras e superiores gerais, provinciais e locais; 3) Atualização da Vida Religiosa, que ajudará os religiosos mais antigos oferecendo-lhes cursos de renovação.

Padre Lydio Milani, Camiliano, Diretor do Departamento de Assistência à Saúde, descreveu também seu plano onde enquadra os religiosos e as religiosas que dedicam sua vida a serviço dos enfermos.

O Departamento de Educação, na pessoa de seu titular, o Revmo. Irmão Deolindo Caetano Valiati, Lassalista, chegou o seu momento, deu a conhecer seu plano amplamente elaborado.

Foram ainda apresentados dois outros departamentos: 1) Jurídico-Canônico, dirigido pelo Padre Angelo Cardillo D'Angelo, M.S.C.; 2) Ser-

viço Social, pelo qual responde a Irmã Maria de Lourdes Oliveira, Filha da Caridade. Ambos estão também tentando dar nova estrutura a seus departamentos, de sorte a atender satisfatoriamente aos religiosos.

Por sua vez, os representantes das regionais deram igualmente seu depoimento respondendo ao questionário que lhes fôra previamente remetido.

Encerrando-se êste dia de trabalho, ao mesmo tempo que se podia reconhecer quanto a Conferência já tem feito, com maior ou menor alcance, no sentido de colaborar pela formação e renovação dos religiosos, não podia outrossim deixar de conhecer-lhe as falhas. Por isso, grande é o esforço que, através de seus vários departamentos, ela faz hoje no planejamento e execução de suas atividades com vistas a um trabalho mais profícuo no futuro.

Vale, sim, entretanto, lembrar algumas iniciativas que a Conferência tem vindo a empreender, quer em plano nacional, quer regional: a criação de dois institutos superiores de filosofia e teologia, um em São Paulo e outro em Curitiba, para a formação intercongregacional dos jovens religiosos; a fundação de três institutos superiores de ciências religiosas visando maior profundidade teológica para as religiosas (o *Mater Christi*, em São Paulo; o *Sedes Sapientiae*, em Pôrto Alegre, e o da Universidade Católica de Pernambuco, em Recife); cursos de cultura religiosa com várias modalidades para atender às necessidades de cada região; cursos intensivos de atualização para mestres, superiores provinciais e locais; ereção de junioratos comuns a várias congregações; encontros especializados para religiosos e religiosas que se dedicam à vida escolar, hospitalar etc., além do atendimento à formação humana também com a criação de ginásios noturnos para irmãs. Etc.

### **Terceiro dia: Reflexão sôbre o Departamento Econômico**

O Departamento Econômico sucede àquele setor de atividades que anteriormente era conhecido por "serviços". A estrutura do nôvo Departamento foi apresentada pelo Ecônomo da CRB, Frei Matias, O.F.M., coadjuvado pelo Sr. Oscar, a quem coube expor a reorganização administrativa, que deve ser refletida também na organização das regionais. Estabeleceu-se um nôvo plano de contas bem como a previsão orçamentária de tôdas as regionais, para que, numa circulação de bens, tôdas possam vir a dar atendimento às várias atividades econômicas a ser promovidas.

O teor de reflexão que marcou êste dia muito contribuiu para esclarecer dúvidas e criar relacionamento maior e mais eficaz entre os responsáveis pelo Departamento Econômico da CRB-Nacional e aquêles que estão à frente das seções regionais. De tal relacionamento se espera que a CRB, uma vez segura em sua nova estrutura e superadas as dificuldades que a vêm pondo à prova, continue a servir, a servir bem e sempre os religiosos do Brasil.

### **Quarto dia : Planejamento**

Houve, primeiramente, a colaboração das regionais ao indicarem nomes de religiosos e religiosas especializados que pudessem vir a dar ajuda à CRB, quer nos vários cursos que ela promove, quer na colaboração com a Revista.

Discutiu-se sobre a necessidade, vantagens e viabilidades de se realizar uma Assembléia Geral extraordinária, para dar sua contribuição aos superiores maiores que estão se preparando para seus capítulos gerais. Como várias regionais já estavam comprometidas com encontros de superiores maiores também, achou-se que a melhor fórmula seria organizar quatro encontros inter-regionais, ficando determinadas as sedes e datas:: 1) Recife, 5 a 9 de junho; 2) Manaus, 3 a 7 de julho; 3) Curitiba, 2 a 5 de agosto; 4) Belo Horizonte, 16 a 19 de agosto. O encontro de Curitiba bem como o de Belo Horizonte contarão com a presença do Padre Bernardo Haering, C.SS.R. Para êsses encontros, haverá um esquema comum de aspectos gerais e uma parte dedicada a assuntos de interesse regional.

---

Terminada a exposição e debates sobre diversos pontos, o Padre Aquino, depois de agradecer o comparecimento e colaboração de todos, deu por encerrado o encontro.

Ponto final foi uma concelebração seguida de almoço de confraternização. Agradecendo ao Senhor as graças recebidas e esperando que dos trabalhos havidos resultem abundantes frutos. Estreitando mais as forças de todos que respondem pela Conferência dos Religiosos para servir melhor a Igreja no Brasil.

### **Conclusões**

Destaque acentuado dado à reestruturação do plano de atividades, tendo em vista a renovação da vida religiosa e a inserção dos religiosos e religiosas na pastoral de conjunto.

Atendimento aos problemas mais agudos do momento e que oferecem particular importância e para os quais vão ser criados grupos de estudo, constituídos por teólogos, sociólogos e psicólogos de renome e conhecidos por sua capacidade e sinceridade. Sete grupos são previstos :

- 1) Teologia da vocação religiosa e promoção vocacional;
- 2) Iniciação à vida religiosa através do noviciado e juniorato;
- 3) As estruturas comunitárias e a inserção na pastoral de conjunto;
- 4) A vida segundo os conselhos evangélicos nos dias de hoje;

- 5) Redistribuição dos religiosos segundo as tarefas e regiões prioritárias;
- 6) Acolhimento e acompanhamento dos religiosos estrangeiros;
- 7) Publicações e informações para a renovação da vida religiosa no Brasil.



## EM FUNCIONAMENTO O JUNIORATO COMUM PARA RELIGIOSAS

*Escreveu o Padre Olivio Caetano Zolin, Secretário da Seção Regional da CRB de São Paulo e Diretor do Juniorato Comum, em entrevista concedida ao Departamento de Imprensa da mesma Seção.*

Em outubro do ano passado, 65 superiores e mestras de juniorato e noviciado participaram de um CURSO DE ATUALIZAÇÃO, organizado pelo Instituto Superior de Ciências Religiosas Mater Christi e a CRB de São Paulo. O Curso durou quatorze dias com seis aulas diárias. Foi ministrado por uma equipe de sacerdotes especializados em renovação da vida religiosa, reavivando o sentido de nossas próprias responsabilidades, particularmente no que concerne à formação de nossas religiosas.

O Motu Próprio *Ecclesiae Sanctae* para a aplicação dos documentos conciliares indicou-nos o caminho a seguir: "Sempre que o Instituto Religioso não estiver em condições de proporcionar a instrução doutrinal adequada, poder-se-á suprir essa deficiência pela fraternal colaboração de vários institutos, ressaltando-se a formação de cada Instituto. Esta colaboração admite diferentes graus e diversas formas: lições ou cursos comuns, troca de professores, ou até agrupamento desses últimos numa escola comum que reuniria os estudantes de vários institutos. E os Institutos que tiverem os meios necessários de bom grado ajudarão aos outros" (*Ecclesiae Sanctae*, II Parte, VII, 37).

### Decisão

A partir desta reunião, foi resolvido pôr em comum os recursos numa escola que reuniria as estudantes de vários institutos. Convocadas as provinciais, foram realizadas várias reuniões. Nesses encontros, decidiu-se criar na cidade de São Paulo um Juniorato Comum, que funcionará no prédio do Colégio das Cônegas de Santo Agostinho (Rua Caio Prado, 232). Visa-se com isso também o possível aproveitamento de certos cursos dos Institutos de Ciências Religiosas Mater Christi e de Pastoral Catequética Sedes Sapientiae, que funcionam no mesmo Colégio.

## Estrutura

Já estão em funcionamento dois cursos, com aproximadamente sessenta alunas. As candidatas podem desta maneira optar por um ou outro, de acôrdo com seu nível cultural.

### 1. Curso A

Para a *admissão* ao primeiro ano dêste curso, estabelece-se a seguinte condição : segundo ciclo completo, ou equivalente, a juízo da mestra de juniorato, de acôrdo com a direção do curso.

*Prova de habilitação* : dissertação de cultura geral e religiosa e dos conhecimentos da língua portuguesa. As religiosas estrangeiras que estão há pouco tempo no Brasil poderão, em caso de necessidade, fazer a dissertação na própria língua. Submeter-se-ão no entanto a uma prova de conhecimentos do português.

*Programa* : 1) Teologia da vida religiosa; 2) Filosofia : Metafísica e Psicologia; 3) Sagrada Escritura : a palavra de Deus na Antiga e Nova Aliança; 4) Teologia Dogmática : o mistério cristão — a Revelação do Deus vivo — o Mistério Pascal de Cristo — Ação do Espírito Santo na Igreja; 5) Teologia Moral : a lei de Cristo e a vocação universal à santidade; 6) Antropologia : o homem no mundo — vocação cristã do homem; 7) Sociologia : realidade brasileira.

### 2. Curso B :

Condições de *admissão* : ginásio ou equivalente, de acôrdo com a mestra do juniorato e a diretoria do curso.

*Duração* : dois anos.

*Programa* : a) Teologia da vida religiosa (em comum com as junioristas do curso A); b) Para a formação doutrinária em geral, as junioristas do curso B seguirão as aulas do curso A. As outras matérias estão assim distribuídas :

1.º Ano : 1) A palavra de Deus : Antiga Aliança; 2) Mistério da salvação; 3) Liturgia : celebração dos mistérios de Cristo; 4) Formação catequética; 5) Iniciação pastoral.

2.º Ano : 1) A palavra de Deus : Nova Aliança; 2) Moral Cristã : apêlo de Deus e resposta do homem; 3) Doutrina social da Igreja; 4) Formação catequética; 5) Iniciação pastoral.

Espera-se por êste Curso Comum do Juniorato iniciado na capital de São Paulo colocar em prática a doutrina do Concílio que determina a maior aproximação das ordens e congregações religiosas para que “conhecendo-se melhor, mais se amem”.

## XI CONGRESSO MUNDIAL DA UNIÃO CATÓLICA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

De 10 a 16 de julho próximo realizar-se-á, em Buenos Aires, o Congresso Mundial da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), sob o tema PROMOÇÃO HUMANA E SERVIÇO SOCIAL — RESPONSABILIDADE DOS CRISTÃOS.

### Apêlo e inscrições

Os assistentes sociais procurarão estar presentes para, juntos, analisar os problemas sociais contemporâneos, à luz dos valores e das exigências da fé cristã. Grande é a responsabilidade dos cristãos em face das estruturas sociais. Além do testemunho pessoal, devem êles dar também seu testemunho coletivo de membros do Corpo Místico.

A inscrição para a Delegação Brasileira será feita à Avenida General Justo, 307, 5.º andar, Rio de Janeiro (ZC-39), GB. Telefone : 42-4210.  
Preço : 20 dólares.

### Programa das reuniões plenárias

1. A situação atual : ricos e necessitados. O paradoxo do desenvolvimento. As responsabilidades dos cristãos  
— *R. DIDIER, Presidente da UCISS (França)*
2. As exigências de uma autêntica promoção humana e social  
— *P. C. DAMIBA, Ministro do Desenvolvimento do Alto Volta (África)*
3. O papel de uma política social para promoção e desenvolvimento  
— *N. ZAY, Professor da Escola de Serviço Social da Universidade de Laval (Canadá)*
4. A participação dos profissionais do Serviço Social na elaboração e na prática da promoção humana na política social  
— *LAMA GONZALEZ NEGRI, Vice-Presidente da Seção dos Assistentes Sociais na UCISS (Peru)*
5. As exigências da Fé : Cristianismo e promoção. Por uma autêntica espiritualidade do Serviço Social  
— *DOM EUGÊNIO DE ARAÚJO SALES, Presidente do Secretariado de Ação Social do CELAM (Brasil)*

---

### RELIGIOSOS EDUCADORES REÚNEM-SE EM CAMPINAS

Dando cumprimento ao programa de atividades elaboradas em 1966, no momento de sua instalação, a UNIÃO DOS IRMÃOS EDUCADORES DO BRASIL (UNIEB) realizou em Campinas, nos dias 29 e 30

de março, mais um encontro de educadores a fim de tratar de assuntos do mais alto interesse para a educação no Brasil. Lassalistas, Maristas, Irmãos do Sagrado Coração, Irmãos de São Gabriel, Irmãos da Santa Cruz, Irmãos de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia e outras congregações de religiosos educadores planificam e organizam o trabalho educacional de seus numerosíssimos colégios (180) através da UNIEB, a exemplo do que se faz no Canadá e na França, onde a *Union des Frères Enseignants* constitui uma força na educação nacional.

No programa da UNIEB consta larga pauta de atividades para a renovação do ensino nos colégios dos irmãos na perspectiva de atender, de modo cada vez mais eficiente, a educação da juventude brasileira.

A reunião contou ainda com a presença do Revmo. Irmão Miguel Pereira da Silva, Provincial Marista de Portugal e África Portuguesa, e dos Revmos. Irmãos Cristóvão Della Senta e Deolindo Caetano Valiati, respectivamente Secretário-Executivo e Diretor do Departamento de Educação da Conferência dos Religiosos do Brasil. O Presidente da CRB-Regional de São Paulo, Revmo. Padre Júlio Muraro e o Secretário-Executivo da mesma, Revmo. Padre Zolin, estiveram também em visita durante os trabalhos.

## CONSULTORIA JURÍDICA CIVIL DA CRB

### **LEI N.º 5 142 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1966**

#### **Concede isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares.**

O Presidente da Republica,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º — É concedida, pelo prazo de 5 (cinco) anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, emolumentos consulares e taxa de despacho aduaneiro, aos aparelhos, equipamentos e outros materiais adquiridos no exterior, mediante financiamento, e que se destinem a instituições hospitalares e para-hospitalares oficiais, federais, estaduais, municipais ou autárquicas, bem como a instituições privadas, de caráter filantrópico ou beneficente, sem finalidade lucrativa.

§ 1.º — Os materiais a que se refere este artigo compreendem tão-somente os que se destinarem a atividade médico-hospitalar, excluídos os de consumo.

§ 2.º — A isenção concedida não abrange os aparelhos, equipamentos e outros materiais com similar produzidos no País.

§ 3.º — Vetado.

Art. 2.º — Compete ao Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto número 55 823, de 10 de março de 1965, encaminhar às autoridades aduaneiras competentes, por intermédio do Ministério da Saúde, a relação das entidades beneficiadas por esta Lei.

Art. 3.º — Os bens importados na forma desta Lei deverão ser utilizados pela própria entidade beneficiada nos seus serviços médico-hospitalares ou ambulatórios, vetada sua transferência sob qualquer forma, sem prévia decisão da autoridade aduaneira, ouvido o Ministério da Saúde, observadas as normas gerais da legislação específica que rege a matéria.

Parágrafo único — Na conformidade da mesma legislação, o correto uso e emprêgo dos bens ficam sujeitos à fiscalização aduaneira, sem prejuízo da que fôr exercida pelo Ministério da Saúde.

Art. 4.º — Serão registradas para os fins previstos nesta Lei, no Tribunal de Contas da União, a título único, pelo respectivo valor global, os contratos de financiamento externo, que importem garantia do Tesouro Nacional, ficando isentos desta formalidade os contratos parciais decorrentes.

Art. 5.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de outubro de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO  
Octávio Bulhões  
Raymundo de Britto

(DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO — Seção I, Parte I — 24-10-1966, p. 12 203)

### LEI N.º 5 146 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1966

**Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de ambulâncias.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a doar ambulâncias adquiridas à conta de dotações orçamentárias globais consignadas ao Ministério da Saúde.

§ 1.º — As ambulâncias somente poderão ser doadas a entidades médico-hospitalares, públicas ou privadas, de beneficência social, sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura, bem como a Estados, através de suas Secretarias de Saúde, Territórios, Municípios e entidades autárquicas, para seus serviços médicos.

§ 2.º — As ambulâncias doadas somente poderão ser usadas para serviço de pronto socorro, transporte de doentes e assistência médica, a título gratuito.

Art. 2.º — As doações de que trata esta Lei, com encargos que o Poder Executivo fixar, serão feitas mediante termo lavrado em livro próprio, assinado perante o Ministro de Estado dos Negócios da Saúde e subscrito por duas testemunhas, tendo efeito de escritura pública, para fins de transcrição no registro público.

Parágrafo único — Será revogada a doação de que trata esta Lei, por inexecução de encargo donatário.

Art. 3.º — O Poder Executivo regulamentará a forma de distribuição das ambulâncias, do processamento dos pedidos e da fiscalização das doações.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO  
Raymundo de Britto

(DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO — Seção I, Parte I — 24-10-1966, p. 12 205)

N.B. Não esqueça as circulares ns. 8, 10, 12, 14 e 16 de 1966 da CRB.

## SUSPENSO O ENVIO DA RELAÇÃO QÜINQUENAL

*Datada de 17 de abril corrente (n.º 12745), endereçou a Nunciatura Apostólica do Brasil, ao Revmo. Padre Antônio Aquino, S.J., Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil, a carta que passamos a transcrever :*

A Sagrada Congregação dos Religiosos enviou a esta Nunciatura Apostólica, com data de 1 de março último passado, a seguinte comunicação :

“Tendo em vista a renovação das constituições, em que, por força do Decreto *Perfectae Caritatis* e do Motu Proprio *Ecclesiae Sanctae*, estão empenhados os institutos religiosos, quer de direito pontifício, quer de direito diocesano, incluindo as casas *sui juris*, êste Sagrado Dicastério julgou oportuno *suspender temporariamente*, até novo aviso, o envio da Relação Qüinquenal. Entretanto, se procederá à redação de um novo Questionário”.

Aquela Sagrada Congregação pede, através da Nunciatura, os bons ofícios da Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil para levar esta decisão ao conhecimento dos superiores gerais das congregações e institutos de direito diocesano, com sede generalícia nesta Nação, bem como das superiores das casas *sui juris* também aqui existentes. Os superiores gerais das religiões de direito pontifício já foram avisados, através da União Romana dos Superiores Gerais, e as superiores gerais tanto das religiões de direito pontifício como de direito diocesano, através da União Internacional das Superiores Gerais.

Em nome do Senhor Núncio que está fora do País, apresento a Vossa Paternidade Reverendíssima os agradecimentos antecipados.

Com as minhas saudações, aproveito a oportunidade para testemunhar-lhe os sentimentos da minha religiosa estima e subscrever-me muito dedicado no Senhor :

(a) MÁRIO TAGLIAFERRI  
Encarregado de Negócios *ad interim*

# CRB Informa

## NÓVO SECRETÁRIO-EXECUTIVO

**CRB-Nacional** — *Para conhecimento de todos os associados da Conferência dos Religiosos do Brasil, publica-se a seguir a circular que, em 21 de março último, o Revmo. Padre Antônio Aquino, S.J., DD. Presidente da CRB-Nacional, dirigiu aos titulares de tôdas as seções regionais, por motivo da nomeação e tomada de posse do novo Secretário-Executivo desta Conferência, o Revmo. Irmão CRISTÓVÃO TARCÍSIO DELLA SENTA, Lassalista :*

Depois de ter comunicado, em carta do mês passado, a tôdas as Regionais do Brasil, a intenção desta Diretoria Nacional da CRB de nomear o Ir. Cristóvão Tarcísio Della Senta para o cargo de Secretário-Executivo da Conferência, e tendo já se passado um mês aproximadamente, foi o mesmo oficialmente nomeado, com o voto unânime da Diretoria e por mim empossado no cargo, durante a reunião plenária da Diretoria no dia 18 do corrente.

É portanto motivo de real prazer poder neste momento comunicar a todos os religiosos do Brasil esta auspiciosa notícia, que encerra um longo período de tentativas em vista de um religioso que, com amplos recursos e dotes, pudesse desempenhar tão difícil função, até recentemente ocupada por Dom Tiago Cloin, e colaborar eficientemente no desenvolvimento das atividades da Conferência.

Como foi mais de uma vez lembrado na Diretoria, o fato mesmo desta nomeação virá sublinhar os valores intrínsecos da vida religiosa independente da condição sacerdotal de muitos de seus membros.

Nesta ocasião quero de público mais uma vez agradecer ao Padre Pascoal Filippelli, atual Subsecretário e que durante vários meses esteve no exercício pleno das funções de Secretário, todo o trabalho e dinamismo com que enfrentou as responsabilidades da Conferência, bem como os passos dados em vista de uma melhoria das estruturas de trabalho da Comissão Executiva Nacional.

*Dirigindo sua primeira circular a tôdas as comunidades religiosas do Brasil, também no dia 21 de março, o Revmo. Irmão Cristóvão Della Senta, assim se expressou :*

Convidado pela Diretoria da Conferência dos Religiosos do Brasil para exercer as funções de Secretário-Executivo da mesma, valho-me des-

ta para apresentar a V. Revma. uma primeira saudação, respeitosa e fraterno, e assegurar-lhe, ao mesmo tempo, a disposição de servi-lo e à sua família religiosa em tôda a medida de minha capacidade.

Ao receber encargo de tão alta responsabilidade, nesta hora em que a vida religiosa atravessa uma fase difícil de maturação, meço o alcance e as exigências da tarefa que me é atribuída. Sei que não posso confiar em minha capacidade e disposição de trabalho tão-sòmente, mas na fôrça do Espírito e na competência e colaboração dos religiosos, religiosas e leigos que integram a Diretoria Executiva e os Serviços desta Conferência, com os quais pretendo trabalhar em profunda união.

Espero, desta forma, corresponder fielmente à confiança em mim depositada e dar continuidade ao esforço de meus predecessores no sentido de fazer da CRB um instrumento da renovação da vida religiosa na linha do Concílio e da sua integração na Pastoral de Conjunto, contribuindo assim, naquilo que lhe compete, para que "a Igreja no Brasil se ajuste o mais rápida e plenamente possível à imagem da Igreja do Vaticano II".

Alto, magro, olhar atento e indagador, 35 anos, eis, num primeiro flash, o retrato do nôvo Secretário-Executivo da CRB-Nacional. Espírito aberto e ecumênico, polivalente, dotado de grande simpatia, de incansável dedicação, preocupado com a renovação e atualização da vida religiosa, muito se pode esperar de uma personalidade assim rica com que entra na Conferência dos Religiosos do Brasil o seu nôvo responsável número um.

Nasceu o Irmão Cristóvão Tarcísio Della Senta no Rio Grande do Sul, a 2 de maio de 1932, tendo feito seus estudos secundários e universitários em Pôrto Alegre. Já professo, aí exerceu, o jovem irmão lassalista, durante cinco anos, o magistério secundário, ao fim dos quais foi enviado para a França e Roma a continuar seus estudos. Depois de três anos de estágio (1957-1960) na capital francesa, diplomava-se êle no Instituto Superior de Pastoral Catequética de Paris.

De volta ao Brasil, foi destacado para trabalhar, em São Paulo, no campo da pastoral. Desenvolveu então sua atividade no Instituto Superior de Pastoral Catequética Sedes Sapientiae, na qualidade de professor de Antropologia Religiosa e de membro da equipe de direção. Ao mesmo tempo ocupava a cadeira de Teologia Pastoral no Instituto Mater Christi e no de Filosofia e Teologia. Paralelamente desempenhou a função de secretário para assuntos de formação e atualização da sua Província lassalista de São Paulo. Tal atividade manteve-o sempre próximo da vida da CRB, com a qual colaborou em vários encontros, conferências e reuniões. Co-autor de três obras de cunho catequético, tem o Irmão Cristóvão duas outras prontas para entrar no prelo, além da colaboração que há três anos vinha dando à *Revista de Pastoral Catequética* com dois artigos mensais.

Convidado agora pela Diretoria nacional da CRB para substituir o Padre Tiago G. Cloin, as preocupações dominantes do Irmão Cristóvão, expressas em sua primeira circular e no momento de assumir o cargo, revelam a intenção de continuar os esforços de seus predecessores no sentido de imprimir à Conferência um cunho mais pastoral, de intensificar e promover a reflexão e o estudo da vida religiosa e do apostolado dos religiosos, dentro da realidade brasileira e em estreita colaboração com a CNBB.

# Recensões Bibliográficas

HANZ WIRTZ — *Diálogo com as Crianças*, trad. de Myriam Moraes Spiritus sobre a 3.<sup>a</sup> edição original alemã, Editôra Herder, São Paulo, 1963, 1 vol. br., 160x115 mm, 124 pp.

HANS MULLER — ECKHARD — *A criança, essa incompreendida*, trad. do original alemão por Lúcia Jordão Vilela (Coleção Família — 15), AGIR, Rio de Janeiro, 1 vol. br., 190x120 mm, 344 pp.

Ambos procedentes da Alemanha, ambos contando já sucessivas edições, ambos escritos em anos já distantes, são êstes dois livros, entre tantos outros, mais um subsídio digno de interesse do educador, mormente daquele que se devota ao estudo da criança. O primeiro, reduzido a modestas proporções e escondendo a data da primeira edição, não tem sequer um prefácio a dizer-nos em que circunstâncias e quem no-lo escreveu, mas onde cada página se encarrega de espelhar o acertado critério pedagógico e o espírito dedicado e fiel do seu autor. O segundo, "escrito numa cidade onde, numa só noite, centenas de crianças foram estraçalhadas por bombas", alerta para a visão demasiado tecnicista e curta que muitas vezes se faz da criança. Para a compreender melhor, preciso é vê-la no seu mistério próprio — o fruto da criação de que Deus é o eterno autor.

DIALOGO COM AS CRIANÇAS nos expõe, primeiro, a teoria da educação infantil, dentro do esquema tradicional, de mistura sempre com observações curtas, práticas e incisivas. Depois, enumera e analisa diversas situações e compor-

tamentos de que a criança é sujeito e em que a ação do educador está comprometida: deve êle castigar e louvar? dizer tudo ou fingir? existe uma educação pré-natal? Wirtz, quando escreveu, ainda não conhecia, ao que parece, a televisão. Com quanto mais razão êle haveria agora de escalpelizar objetos e circunstâncias que "possam despertar e estimular tendências à brutalidade e maldade" (p. 31)! "A criança tem necessidade de dormir bastante, de onze a doze horas, e de ir cedo para a cama" (p. 68).

Pela brevidade de conteúdo e largueza de vistas, segurança de princípios e aplicação prática, é livro que se pode recomendar a quem tenha missão a cumprir na educação da criança mas que não disponha de tempo bastante para ler obras de vulto ou que impliquem madura reflexão.

A CRIANÇA, ESSA INCOMPREENDIDA, de conteúdo mais vasto e completo, abordando conexões diversas da psicologia profunda, enriquecida por exemplos concretos, afrontando hábitos, necessidades, conflitos que a criança traz consigo, leva-nos, sem custo, a entender melhor "o mistério do mundo superior, do mundo divino", sentindo verdadeiramente o prazer de quem vai desvendando, capítulo por capítulo, o encanto dêsse mundo que não é dado ver a quem, de forma inconsciente ou não, deixa de lado, mesmo quando oferece ao público tratados os mais sugestivos e sem dúvida dotados de valor, mas relativo senão inconsistente.

O autor passa em revista diversas etapas etárias da criança, detém-se sobre os conflitos mais frequentes, em tudo procura ajudar

o adulto, o responsável, o educador, o pai, a entender o pequeno ser, cuja alma "é o receptáculo de maior sensibilidade que existe". Muitas páginas obrigam a um sério exame de consciência: por que a criança grita ou molha a cama, por que ela mente, gagueja ou fica doente... se ela está desabrochando ou regredindo, se é ela que não obedece ou nós não sabemos mandar. Difícil é a tarefa de educar uma criança, responsabilidade pesada a do educador.

Este livro pode porém, em muitos casos, tornar-se precioso auxiliar. Psiquiatra experimentado e orientador educacional que é, o autor tem para tanto bastante autoridade. De lamentar tão-só que ele (um convertido do protestantismo só mais tarde) tenha es-

crito sua obra antes do Concílio. Certa visão pessimista do progresso e da técnica, agravada pelo contato constante com casos doentes, a dureza ou "incompreensão" dos adultos, por um lado, e o angelismo da criança, por outro, algo teriam a ganhar por certo com a perspectiva atual e renovadora em que o Vaticano II convida o homem a situar-se no mundo dos nossos dias. Tal ressalva não tira contudo que pais e orientadores educacionais encontrem neste livro uma trilha meritória que, sem detença nem desânimo, os possa ajudar a descobrir sempre mais o mundo, ao mesmo tempo difícil e maravilhoso que é o mundo da criança e que todos queremos compreender.

B.N.

## L I V R O S

Da Livraria AGIR, Rio de Janeiro:

LUIZ CARLOS LESSA — *João XXIII e o Marxismo* (Coleção "Temas

Atuais", 22), 1966, 1 vol. br., 185x115 mm, 204 pp., NCr\$ 3,50.

## R E V I S T A S

Do Brasil:

*Limiar* — outubro 1966, Rio de Janeiro.

*Vozes* — fevereiro 1967, Petrópolis (RJ).

Do Exterior:

*Boletim da CIRM* — número especial da Terceira Assembléia Geral da Conferência dos Religiosos do México, 1966.

*Interservice* — janeiro 1967, Lião (França).

*Nuevo Mundo* — jan.-fevereiro 1967, Caracas.

*Prêtres aujourd'hui* — janeiro 1967, Sèvres (França).

*Prêtres diocésains* — janeiro 1967, Paris.

*Religieuses d'Action Hospitalière et Sociale* — nn. 185, 186, 187 e 188, Paris.

*Salesianum* — jul.-setembro 1966, Roma.